



Marina Beatriz Pignataro

**Escolha amorosa: um estudo sobre a
constituição da conjugalidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2018



Marina Beatriz Pignataro

**Escolha amorosa: um estudo sobre a
constituição da conjugalidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia
Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Renata Machado de Mello

CCE – PUC-Rio

Profa. Fernanda Travassos Rodriguez

ATF-Rio

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Marina Beatriz Pignataro

Graduou-se em Psicologia, pelo Instituto de Psicologia da UFRJ, em 1978, obtendo os títulos de psicóloga e de bacharel em psicologia. Obteve os títulos de especialista em Psicologia Clínica, em 2000 e especialista em Psicoterapia de família casal e criança: teoria e clínica, em 2014, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desde a graduação dedica-se a Psicologia clínica e organizacional.

Ficha Catalográfica

Pignataro, Marina Beatriz

Escolha amorosa: um estudo sobre a constituição da conjugalidade / Marina Beatriz Pignataro; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2018.

79 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Conjugalidade. 3. Vínculos. 4. Trama identificatória. 5. Escolha amorosa. I. Féres-Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Aos meus pais, minha eterna gratidão.

Agradecimentos

A minha querida orientadora Terezinha Féres-Carneiro, pelo incentivo, carinho e compreensão.

A Renata Mello, pela sua prestimosa colaboração e sugestões assertivas que muito me auxiliaram neste estudo.

A todos os amigos, colegas e professores que me incentivaram neste percurso.

Aos meus chefes do Exército Brasileiro pela oportunidade concedida para a realização do mestrado.

Resumo

Pignataro, Marina Beatriz; Féres-Carneiro, Terezinha (Orientadora). **Escolha amorosa: Um estudo sobre a constituição da conjugalidade.** Rio de Janeiro, 2018. 79p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo investigar o modo como se constitui o casal a partir da escolha amorosa, com base no enfoque psicanalítico. Nele, valorizamos os aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos como condições constitutivas do sujeito. A formação do casal tem como base os investimentos narcísicos e libidinais que cada parceiro forma para si como representação vincular. É, então, no momento da escolha amorosa que se instaura a conjugalidade e que os inconscientes individuais dos parceiros são mobilizados, dando origem ao nascimento do casal. Portanto, nosso interesse neste trabalho sobre a formação do casal e a escolha amorosa é a centralidade dos anseios edípicos no conteúdo inconsciente do desejo erótico. Podemos, assim, dizer que no plano individual, a escolha do objeto sexual permite uma saída conveniente para o complexo de Édipo e a interdição do incesto. O estudo sobre a escolha amorosa valoriza a trama edípica que marca a história do sujeito na sua alteridade, inserindo-o no campo do outro. Do ponto de vista da psicanálise de casal, na constituição da conjugalidade coexistem duas subjetividades envolvidas, nos aspectos conscientes e inconscientes, formando uma estrutura dinâmica, cujo espaço psíquico forma o núcleo eu-casal. Este espaço compartilhado em que o casal se constitui é, portanto, continente e fonte de soluções inovadoras e criativas.

Palavras-chave

Conjugalidade; vínculos; trama identificatória; escolha amorosa.

Abstract

Pignataro, Marina Beatriz; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Love choice: A study about the constitution of conjugality**. Rio de Janeiro, 2018. 79p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to investigate how a couple is constituted from the point of view of their love choice, based on the psychoanalytic approach. In the study, we value the intrapsychic and intersubjective aspects as constitutive conditions of the subject. The constitution of the couple is based on the narcissistic and libidinal investments that each partner establishes for himself/herself as a bonding representation. At the moment of the love choice conjugality is installed and the partners individuals unconscious are mobilized bringing forth the rising of the couple. Therefore, our interest in this work on the formation of the couple and the love choice is the central role of oedipal longings in the unconscious content of erotic desire. We can say that on the individual level, the choice of the sexual object allows a convenient solution to the Oedipal complex and the interdiction of incest. The study of the love choice values the Oedipal weft that marks the subject's history in its otherness, inserting it in the field of the other partner. From the couples psychoanalytic perspective, in the constitution of conjugality two subjectivities are involved, coexisting, in the conscious and the unconscious aspects, forming a dynamic structure, whose psychic place constitutes the I-couple nucleus. This shared place in which the couple is constituted is, therefore, the continent and source of innovative and creative solutions.

Keywords

Conjugality; bonds; identification weft; love choice.

Sumário

1. Introdução	9
2. A dimensão intrapsíquica da escolha amorosa: contribuições freudianas	14
2.1. O encontro com o objeto é na verdade um reencontro	15
2.2. As contribuições da teoria da libido na dimensão afetiva e sensual	19
2.3. O Narcisismo	22
2.4. A trama identificatória	31
2.5. Complexo de Édipo e a Resolução	33
2.6. As Contribuições do Totemismo versus Édipo	39
3. A dimensão intersubjetiva da relação amorosa: constituição da conjugalidade	42
3.1. A constituição do casal	43
3.2. As alianças, pactos e acordos inconscientes	54
3.3. A formação dos vínculos nas relações familiares	60
3.4. As escolhas de objeto	68
3.5. Organizadores Familiares	70
4. Considerações Finais	73
5. Referências Bibliográficas	78

Introdução

O presente trabalho surge do meu tema de monografia “A constituição da conjugalidade no enfoque psicanalítico”, fruto dos ensinamentos que obtive através do “Curso de Especialização em Psicoterapia de Família e Casal” que concluí no ano de 2014, na PUC-Rio. O desenvolvimento desse trabalho muito me incentivou a realizar o mestrado na linha de pesquisa “Família, casal e criança: teoria e clínica”. Neste período, pude, ainda, vivenciar a prática clínica com casais que se tornou uma verdadeira fonte de incentivo para o aprofundamento em conceitos teóricos, com base na psicanálise de casal.

De acordo com Magalhães (2003), a constituição da conjugalidade se dá a partir do encontro amoroso e pode ser considerada uma reedição do amor infantil. É o amor possível na medida em que o parceiro representa o progenitor do sexo oposto e corresponde à esperança da elaboração do romance familiar. Podemos dizer que o Édipo estrutura o psiquismo do sujeito, por intermédio da diversidade simbólica e pelo respeito ao parceiro, através da regulação do desejo, da proibição e da diferença sexual.

Neste contexto, a conjugalidade se instaura no momento da escolha do parceiro através do estabelecimento da trama identificatória. Quando o casal se constitui, a partilha dos objetos internos de ambos os parceiros passa a constituir o mundo interior do casal. Neste sentido, é o Édipo de cada parceiro que interfere como organizador, compondo o objeto parental interiorizado no núcleo inconsciente do casal. Assim, a escolha amorosa é sustentada a partir da reatualização da trajetória edípica e do compromisso inconsciente que se estabelece, formando o núcleo eu-casal.

No segundo capítulo examinaremos as postulações teóricas freudianas que permitem uma melhor reflexão sobre o tema da constituição da conjugalidade, enfatizando a escolha amorosa. Elegemos alguns artigos freudianos para servir de embasamento teórico e reflexão para este estudo. Os textos sobre “Três ensaios sobre a sexualidade” (Freud, 1905/1969), “Contribuições à psicologia do amor II”

(Freud, 1912/1969) e “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1914/1969) nos permitem pensar que a escolha amorosa é o berço fundamental da evolução das ações que englobam a sua constituição, ou seja, da origem do núcleo rítmico que se estabelece na relação amorosa. Neste sentido, a conjugalidade mostra-se compatível com este modelo por ser dotada de ritmos próprios na sua constituição. Dessa perspectiva, o autor discute a psicodinâmica da escolha amorosa, relacionando-a com o processo identificatório. Desta forma, são apresentadas duas formas de escolha: a narcísica e a anaclítica. As duas modalidades de escolha atuam de acordo com o modelo dos objetos parentais e com as identificações ocorridas no percurso edipiano, marcadas pela ambivalência presente em todo o processo identificatório.

Para discutir a constituição da conjugalidade com base no enfoque psicanalítico, consideramos os textos freudianos que abordam a temática do amor e da sexualidade. O pensamento freudiano prioriza o amor e o desejo como fundamentais na vida do sujeito e, neste contexto, é esperado que ambos coexistam na relação com o parceiro. No texto “Contribuições à psicologia do amor II”, Freud (1912/1969) considera que o amor sensual permanece até o momento em que seus objetivos são alcançados. Sendo assim, o retorno da necessidade libidinal é o que permite que o objeto sexual possa ser amado, mesmo nos períodos em que a paixão não se faz presente. O autor privilegia a teoria da libido atribuindo à sexualidade um dos pilares na formação do psiquismo do sujeito. Correa (2013) argumenta que paralelamente à teoria da sexualidade, Freud desenvolve uma psicologia da vida amorosa e levanta questões fundamentais referentes ao estudo da conjugalidade, onde prioriza a pulsão e a escolha do objeto em detrimento do ego e das relações de objeto.

Entretanto, no texto “Contribuições à psicologia do amor”, Freud (1912/1969) faz referência às dimensões afetiva e sensual presentes na relação amorosa. Desta forma, a dimensão afetiva tem sua origem nos primórdios da relação mãe-bebê e os componentes eróticos se manifestam, desde cedo, na escolha primária de objeto na infância. A concepção freudiana sempre considerou o período pré-edípico, referindo-se aos primórdios da infância, cuja fase é marcada pelo alto grau de complexidade que envolve a relação mãe-bebê. Neste contexto, Green (1994) acrescenta que a relação triangular, presente no Édipo,

tem seu esboço na relação mãe-bebê e a figura do pai é tida como empiricamente ausente. A interferência do Édipo, na visão de Green, apresenta-se desde os primórdios na relação mãe-bebê. O pai, apesar de ser uma figura ausente empiricamente, representa um terceiro que é percebido pelo bebê como um outro, que ocupa um lugar ao lado da mãe. Dessa forma, a interceptação paterna teria um caráter estruturante na relação mãe-bebê. Neste contexto, o bebê não seria o único objeto de desejo da mãe.

No texto “Psicologia de grupo e a análise do ego”, Freud (1921/1969) explica que o processo identificatório se estabelece no momento da trama edípica ao lado do investimento libidinal. Neste artigo, a trama identificatória revela-se como a base do processo da constituição do sujeito, que culmina com o complexo de Édipo. Neste sentido, o sujeito é constituído e inserido na sua cadeia geracional. A trama edípica é composta de um conjunto de identificações que formam uma estrutura complexa, na medida em que pai e mãe são objetos de amor e rivalidade. Entretanto, a presença da ambivalência é condição necessária na constituição do psiquismo do sujeito. O complexo de Édipo apresenta-se como uma experiência muito particular e pode ser considerado um fenômeno atravessado pela hereditariedade, cuja finalidade é instalar no sujeito uma nova dimensão psíquica. A importância dos estudos relacionados ao Édipo e identificações, na teoria freudiana, é, pois, a valorização da abertura do sujeito para o outro.

Portanto, o que nos interessa neste estudo sobre a formação do casal e a escolha amorosa é a centralidade dos anseios edípicos no conteúdo inconsciente do desejo erótico. Podemos, assim, dizer que no plano individual, a escolha do objeto sexual permite uma saída conveniente para o complexo de Édipo e a interdição do incesto. Neste enquadre, o sujeito depara-se contra o interdito que foi estabelecido pela barreira contra o incesto. A interdição do desejo, segundo o pensamento freudiano, tem um caráter estruturante na constituição do psiquismo do sujeito.

Nesta direção, o sujeito conseqüentemente substituirá os primeiros objetos sexuais que se encontram proibidos no mundo real e buscará outros objetos com que possa ter uma verdadeira vida sexual. Nesta direção, os parceiros amorosos serão escolhidos com base nos modelos parentais, como fonte de inspiração e de

desejo formando, assim, o ideal do sujeito, que é composto das fantasias mais primitivas. No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”, Freud (1914/1969) postula que o sujeito apresenta uma dupla existência: a primeira busca corresponder à satisfação das necessidades próprias e a outra existência é marcada pelo ideal do eu, representante do superego, que impede a satisfação dos desejos inconscientes.

O conceito de “ideal do eu”, apresentado no artigo freudiano “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914/1969), pode ser considerado uma formação intrapsíquica com autonomia que serve também de autonomia ao “eu”, para a análise das suas próprias realizações. Em contrapartida, a origem do “eu ideal”, como instância estaria fundamentada no próprio narcisismo, que só é abandonado pela criança perante a crítica dos próprios pais. Neste contexto, Freud (1914/1969) admite o duplo papel do narcisismo e acrescenta que o sujeito reproduz sua sexualidade como uma finalidade em si mesmo, mas, por outro lado, é o veículo e herdeiro do patrimônio que lhe permite a sobrevivência no meio social.

No terceiro capítulo, investigaremos os estudos sobre a constituição da conjugalidade na psicanálise de casal. Discutiremos os conceitos teóricos de autores que trouxeram importantes contribuições com ênfase na teoria da formação grupal. Por sua vez, destacaremos também a teoria dos vínculos que diz respeito à intersubjetividade. Kaës (2011) aponta que, na intersubjetividade, o conceito teórico clínico, não pode ser restrito à identificação e à relação de objeto, base do pensamento freudiano. Sobre este aspecto, podemos dizer que na teoria do vínculo, o “outro” é encontrado na sua concretude e não pode ser resumido ao mundo interno dos sujeitos. O vínculo, neste contexto, pode ser compreendido como uma relação intersubjetiva entre dois “eus” com características extraterritoriais.

Kaës (2017) acrescenta que o vínculo intersubjetivo não se refere ao somatório de dois ou mais sujeitos, mas corresponde ao espaço psíquico que se constrói a partir do conteúdo psíquico, mobilizado a cada relação através de alianças inconscientes, que têm um efeito organizador. Nesta direção, o próprio sujeito do grupo possui interfaces com outros espaços da realidade, nas fronteiras entre o espaço interno e o espaço externo que, para Freud (1925/1969), no artigo a “Negativa”, corresponde aos espaços “eu” e “não-eu”. O sujeito do grupo é

mobilizado pelos seus grupos internos, através de acordos e da criação de vínculos entre os sujeitos existentes, formando, assim, um aparelho grupal. Neste sentido, os grupos internos apresentam uma função de organizadores no processo da aparelhagem psíquica grupal.

As importantes obras conceituais de Didier Anzieu, Aulagnier Piera, Alberto Eiguer, René Kaës, Isidoro Berenstein e Janine Puget norteiam e concebem um valor significativo no desenvolvimento deste trabalho. É importante sinalizar que a construção do psiquismo na dimensão intersubjetiva é baseada numa rede de vínculos que se forma nos espaços intersubjetivos entre os sujeitos. Neste modelo dimensional, parte-se do pressuposto de que a identidade e a alteridade do sujeito são marcadas pela continuidade e pela reciprocidade. O processo de subjetivação do sujeito ocorre a partir das trocas intersubjetivas que são vivenciadas na primeira relação amorosa, ou seja, no espaço psíquico que permite as trocas recíprocas da relação mãe-bebê. Assim, a mãe transmite seus próprios conteúdos inconscientes e seu recalque. Podemos dizer que tais condições são ao mesmo tempo subjetivas (psiquismo materno) e intersubjetivas (o encontro entre a mãe e o bebê).

A alteridade do sujeito se evidencia a partir da maior ou menor proximidade que ocorre entre os sujeitos de uma relação. A apreensão da realidade psíquica é construída a partir dos espaços intrapsíquicos e grupais (espaços intersubjetivos). Aqui fica evidenciado o duplo eixo estruturante do sujeito e da organização grupal. Ou seja, a organização grupal é marcada pelas relações intersubjetivas. A partir destes autores, podemos valorizar os aspectos intersubjetivos na constituição da conjugalidade. Para Kaës (2011), o sujeito se constitui na intersubjetividade e as alianças inconscientes desempenham seu papel na formação do inconsciente do sujeito e na construção do seu “eu”. Dessa forma, de acordo com Kaës (2014) apoiar a ideia de que as alianças inconscientes constituem o inconsciente é optar pela existência de um psiquismo aberto para o inconsciente do outro. Do ponto de vista da psicanálise de casal podemos dizer que na constituição da conjugalidade coexistem duas subjetividades envolvidas e entrelaçadas formando uma estrutura objeto-casal.

A dimensão intrapsíquica da escolha amorosa: contribuições freudianas

No discurso freudiano, a qualidade do inconsciente dinâmico estaria associada às formações psíquicas fundamentais, como as pulsões, os fantasmas, a conservação dos traços mnêmicos, as identificações, o recalque, dentre outras, que correspondem às formações intrapsíquicas.

Freud (1905/1969), ao postular sobre o desenvolvimento da teoria da libido, refere-se às escolhas objetais presentes no período edípico e pré-edípico. Tais períodos englobam um conjunto de identificações que visam à constituição do psiquismo do sujeito. A noção de objeto para Freud estaria, assim, vinculada à ordem das pulsões, no aspecto originário da constituição da subjetividade, e os objetos teriam um papel secundário. Nesse sentido, os textos discutidos mostram aspectos intrínsecos cujo foco é da ordem da constituição da subjetividade e referem-se à dimensão intrapsíquica no percurso da escolha amorosa.

As contribuições referentes ao narcisismo apresentam-se como um esboço sobre as primeiras identificações do sujeito e têm um papel relevante no desenvolvimento das postulações teóricas na evolução do pensamento freudiano. Nesse contexto, Laplanche & Pontalis (1986) afirmam que Freud esboça uma dialética que relaciona a escolha narcísica de objeto (referindo-se a si como modelo) à identificação (referindo-se à constituição do sujeito tendo como modelo as figuras parentais).

Vale a pena ressaltar que os artigos que fundamentam o percurso deste capítulo encontram-se interligados, cujo valor intrínseco permite relacionar a escolha amorosa considerando os seus aspectos intrapsíquicos. O artigo “O ego e o id” (1923/1969), e suas contribuições em relação à formação das instâncias psíquicas id, ego e superego; o texto sobre as identificações, “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921/1969), enfatizando a ambivalência, como condição necessária na formação do psiquismo do sujeito; e o artigo referente à Resolução

do complexo de Édipo (1924/1969), que põe fim à teoria do desenvolvimento da libido.

O estudo sobre a escolha amorosa coloca como legado a problemática edípica e as tramas identificatórias que marcam a história do sujeito na sua alteridade. Freud centraliza sua atenção no momento em que ocorre a ruptura da individualidade psicológica do sujeito, marcada pela lei e cindida pela castração. A importância deste estudo se deve, sobretudo, aos textos sobre identificação e Édipo, que valorizam a abertura do sujeito para o outro.

2.1

O encontro com o objeto é na verdade um reencontro

Iniciaremos com o texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1969), que parte do princípio de que o encontro com o primeiro objeto amoroso se dá no período da infância, particularmente na relação mãe-bebê. “O encontro com o objeto é, na verdade, um reencontro”, afirma Freud (1905/1969, p. 210). A escolha do objeto sexual estaria relacionada, portanto, às primeiras experiências de satisfação, ainda vinculadas à nutrição. A amamentação da criança no seio materno torna-se, assim, modelar para os relacionamentos amorosos, formando a representação da mãe, através do seio, fonte primeira de satisfação. A pulsão sexual se liga, portanto, inicialmente a um objeto externo ao próprio corpo, que corresponderia ao seio da mãe.

Freud (1905/1969) postula que a criança aprende a amar outras pessoas que a ajudam em seu desamparo, satisfazendo às suas necessidades vitais. Os cuidados da mãe representam, para a criança, fonte de excitação e de satisfação sexual, originárias das zonas erógenas. A mãe satisfaz a criança com sentimentos que denotam um conteúdo erótico, tais como, acariciar, beijar e o ato de embalar. Freud admite que a mãe expressa sua ternura à criança, mas, ao mesmo tempo, a coloca no lugar de um substituto do objeto sexual, pelo simples fato de o corpo infantil ser na sua essência erógeno. A pulsão sexual pode estimular a criança, tanto nos aspectos sexuais, como através do sentimento da ternura, que são resultantes do seu envolvimento com a figura materna.

A escolha do objeto sexual estaria, então, relacionada às primeiras experiências de satisfação, ainda vinculadas com a nutrição. Garcia-Roza (1995), referindo-se ao texto freudiano de 1905, afirma que o autor sempre considerou o autoerotismo como um estado original da sexualidade infantil, que precederia ao narcisismo, onde a pulsão sexual busca a satisfação, sem recorrer ao objeto externo. A pulsão sexual é apresentada na forma do autoerotismo e somente após um período de latência é que se restabelece a relação originária. O “eu”, neste aspecto, não pode ser comparado a uma unidade. No desenvolvimento deste trabalho, tais fundamentos serão complementados, especialmente, a partir do artigo freudiano “Sobre o narcisismo: uma introdução” (FREUD, 1914/1969).

Ainda no texto freudiano de 1905 “a fixação incestuosa da libido” (Freud, 1905/1969, p. 215) se mostra como uma tendência na escolha objetual, que permeia o processo do desenvolvimento libidinal da infância. Ela é resultante da identificação com os modelos parentais, que são os primeiros objetos sexuais da criança. Nesse sentido, cabe retomar que o encontro com o objeto é na verdade um reencontro com os modelos parentais infantis. Assim, o rapaz na adolescência buscará, no seu primeiro objeto de paixão, sinais mnêmicos da mulher maternal, que possa rememorar a figura da mãe. Da mesma maneira, a moça poderá buscar, por exemplo, como seu primeiro objeto de paixão, um homem que se assemelhe ao pai, que lhe outorgue segurança, para revivescer a imagem paterna. O pensamento freudiano identifica os primeiros objetos amorosos como fundamentais para a compreensão da escolha do parceiro amoroso, tendo como modelo as primeiras ligações sexuais experimentadas na infância, embasadas na teoria do desenvolvimento libidinal.

Dessa forma, o relacionamento da criança com os pais pode ser considerado um modelo para a escolha do objeto sexual. Freud (1905/1969) considera a relevância do modelo parental e argumenta que os problemas originários deste relacionamento podem ser prejudiciais à vida sexual do sujeito na maturidade. Nesse sentido, os atritos dos pais vivenciados na vida conjugal, ou mesmo o fracasso, podem interferir no desenvolvimento sexual dos filhos e até adoecê-los. O amor manifesto pela criança, em relação aos pais, pode ser considerado, então, a marca amorosa mais significativa, que reavivada na puberdade, indica o caminho para a escolha do objeto. Podemos explicar, através

do modelo freudiano, que na escolha amorosa, busca-se no outro, algo que possa rememorar os primeiros objetos amorosos representados, ainda que de forma primária.

Freud ao considerar a escolha objetal, no texto de 1905, dá ênfase ao período edípico e pré-edípico, como fases que se complementam no desenvolvimento libidinal do sujeito. O autor parte do princípio, portanto, de que a escolha do objeto sexual se constituiria em duas fases distintas. A primeira fase se iniciaria no período da infância (fase entre os dois e os cinco anos) e se caracteriza na relação com os primeiros objetos sexuais; que após sofrer a incidência do recalamento, permanece num período de latência. A segunda fase se iniciaria na época da puberdade, e, após o efeito do recalamento, faz emergir no sujeito uma corrente de ternura vinculada à vida sexual. O aparecimento da ternura ocorre de forma a ocultar os primeiros desejos sexuais, referentes às pulsões parciais infantis. Dessa forma, na época da puberdade, a ternura se une à corrente sensual, cujos objetivos tornam-se mais evidentes.

Freud (1905/1969) refere-se à escolha de objeto na puberdade como uma renúncia aos objetos infantis e um recomeço na modalidade sensual. A impossibilidade da união destas duas modalidades, segundo o autor, impede “a conjugação de todos os desejos num único objeto” (FREUD, 1905/1969, p. 189). A escolha sexual nunca abandona os caminhos primitivos e se vincula aos objetos da escolha infantil primária que, através da libido, se manifesta mais intensamente no período da adolescência. Essas duas correntes serão discutidas, mais adiante, com base no texto de Freud (1912/1969) sobre as “Contribuições à psicologia do amor II”.

Laplanche & Pontalis (1986), referindo-se ao texto freudiano “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1969), afirmam que é somente no período da puberdade que a escolha objetal se efetua completamente e a sexualidade infantil conserva sua essência, no autoerotismo da infância. Nesta dimensão, o complexo de Édipo, embora tivesse os seus contornos no período da infância, se apresenta a partir da adolescência. No pensamento freudiano, a existência de uma organização genital infantil, descrita como a fase fálica (fase dos três aos cinco anos de idade), corresponde ao período do complexo de Édipo. Laplanche & Pontalis (1986) reafirmam, assim, que a concepção freudiana sempre

considerou o período pré-edípico, referindo-se aos primórdios da infância. Esta fase é marcada, então, por um alto grau de complexidade, que envolve a díade, isto é a relação mãe e filho.

Cabe acrescentar que para Green (1994), a relação triangular, presente no Édipo, teria o seu esboço na relação mãe-bebê, sendo que o pai seria ausente empiricamente. O bebê é fruto da relação parental, considerado uma produção da união entre pai e mãe. Para Green (1994), a interferência do Édipo se apresenta desde cedo, pois o bebê apresenta uma relação corpórea com a mãe, assim como, a relação pai e mãe pode ser caracterizada por uma união corporal. A criança apresenta uma relação corpórea com a mãe, de caráter biológico, onde o psiquismo também se revela intensamente. Desse modo, a relação do pai com o bebê apresenta um caráter indireto. O contato do pai com o filho, nos primórdios da infância, não pode ser comparado à relação dual da mãe com seu filho. Green (1994) explica, pautado nas ideias freudianas, que o pai é o modelo ideal para o filho na pré-história do complexo de Édipo, o que equivale à sua primeira identificação com o ideal do ego. A situação triangular é mantida, então, de forma contínua, pois o pai se inscreve como figura de ausência nos primórdios da infância.

A estruturação da relação mãe-bebê envolve, ainda, o fato de o pai ocupar a mente da mãe. Dessa forma, o pai como figura ausente, representando um terceiro, é percebido pelo bebê como um outro, que ocupa um lugar ao lado da mãe. Desse modo, o bebê não seria o único objeto de desejo da mãe. A relação da díade seria, então, interceptada pela presença do pai ao lado da mãe, que tem uma função de contenção para a criança. Esta contenção promove uma função de apaziguamento na criança nos momentos da ausência materna. Dessa forma, o apaziguamento da criança causado pela intercepção paterna teria um caráter estruturante na relação mãe-bebê. Consequentemente, a mãe não é o único objeto de desejo da criança.

Neste contexto, Freud (1905/1969) propõe uma psicologia infantil que culmina na dominância dos impulsos sexuais dirigidos ao genitor do gênero oposto, com a simultânea atração de intensa ambivalência e rivalidade em relação ao genitor do mesmo gênero. Os desejos parricidas ou matricidas inconscientes, em relação ao genitor do mesmo gênero, são a contrapartida dos desejos em

relação ao outro genitor e do medo de castração acompanhados por fantasias inconscientes de ameaça e de punição. Esta constelação, compreendida como o complexo de Édipo positivo, é paralela ao complexo de Édipo negativo, isto é, o amor sexual pelo genitor do mesmo gênero e o sentimento de rivalidade e agressão dirigidas ao outro. O Édipo negativo pode ser considerado, assim, uma defesa contra a ansiedade de castração ativada pelo complexo de Édipo positivo. Em outras palavras, podemos considerar que a submissão homossexual defensiva tem suas raízes na bissexualidade pré-edípica, mas não é um motivo exclusivo do complexo de Édipo negativo.

Mas, o que nos interessa neste estudo sobre a escolha amorosa é a centralidade dos anseios edípicos no conteúdo inconsciente do desejo erótico. No plano individual, a escolha do objeto sexual permite uma saída conveniente para o complexo de Édipo e a interdição do incesto.

2.2

As contribuições da teoria da libido na dimensão afetiva e sensual

No texto sobre “Contribuições à psicologia do amor II”, Freud (1912/1969) descreve o relacionamento amoroso através da união de duas dimensões: a afetiva e a sensual. A dimensão afetiva se constitui nos primeiros anos da infância e tem como base as pulsões de autopreservação, e, é dirigida às imagens parentais. Desde o início, traz consigo as contribuições das pulsões sexuais (moções eróticas), que podem ser observadas mesmo na infância, e correspondem à escolha de objeto primária infantil. Dessa maneira, as pulsões sexuais encontram seus primeiros objetos, através das pulsões do ego, no momento em que as primeiras satisfações sexuais são experimentadas, aliadas aos cuidados necessários à preservação da vida. Freud (1912/1969) enfatiza a teoria da libido, dando sequência ao texto sobre os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” de 1905 e atribui à sexualidade um dos pilares na formação do psiquismo do sujeito. Entretanto, no texto “Contribuições à psicologia do amor II”, Freud (1912/1969), faz referência às dimensões afetiva e sensual presentes na relação amorosa.

De acordo com Freud (1912/1969), a dimensão afetiva teria sua origem nos primórdios da relação mãe-bebê. Os componentes do desejo erótico, desde já se expressam na escolha primária de objeto na infância. O afeto demonstrado pelos pais da criança ou substitutos denota sua natureza erótica. Sendo assim, a criança é um “brinquedo erótico dos próprios pais” (FREUD, 1912/1969, p. 186). Essa fixação afetiva mantém-se por todo o período da infância e conduz de forma contínua ao erotismo, porém, com desvio de seus objetivos sexuais. Na puberdade, as dimensões afetivas e sensuais se unem e o sujeito apresenta um objetivo sexual mais definido. É importante ressaltar que o sujeito jamais abandona os caminhos da escolha objetal, isto é, a marca narcísica referente à escolha primária da infância.

Neste enquadre, o sujeito depara-se com o interdito que foi estabelecido pela barreira contra o incesto. O incesto refere-se àquilo que é proibido, sendo que a interdição do desejo apresenta um caráter estruturante na constituição do sujeito. Assim, a castração refere-se, também, à instituição da lei, pela palavra do pai.

Consequentemente, o sujeito vai precisar substituir esses objetos, que no mundo real encontram-se proibidos, buscando outros objetos com os quais possa ter uma vida sexual. Os novos objetos serão escolhidos, ao modelo (imago) dos objetos infantis, no intuito de atrair para si o amor a que outrora eram primitivamente vinculados. “Um homem deixará seu pai e sua mãe – segundo o preceito bíblico – e se apegará à sua mulher, então, se associam afeição e sensualidade”, escreve Freud (1912/1969, p. 187). Neste sentido, a intensidade da paixão sensual trará uma valorização psíquica do objeto, sendo esta supervalorização do objeto sexual, algo comum, por parte do homem (FREUD, 1912/1969). Mais adiante, voltaremos a abordar esta questão a partir do texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (FREUD, 1914/1969).

Sendo assim, a barreira contra o incesto induz a libido que é transferida para esses objetos infantis que persistem no inconsciente. A corrente sensual procura, então, objetos que não rememorem as imagens incestuosas que lhe são proibidas. Para Freud (1912/1969), os objetos que provocam uma forte afeição psíquica não promovem um escoamento de excitação sexual, ou seja, a afeição é desprovida do desejo erótico. De acordo com Freud (1912/1969), “toda esfera do

amor permanece dividida em duas dimensões na arte de amar, podendo se apresentar de forma sagrada ou profana” (p. 188).

A esse respeito, Enriquez (1991) afirma que o sagrado pode ser compreendido através do seu duplo aspecto: o respeito e a transgressão. O ato de proibir é o que torna, portanto, o objeto proibido desejável. O ato da interdição transforma o objeto em um objeto poderoso, que começa a ser investido no seu aspecto sagrado. O movimento que induz que o objeto profano transponha o objeto sagrado é a interdição do objeto sagrado. Nesse contexto, o mundo profano é representado pelas interdições e o mundo sagrado se caracteriza pela presença de transgressões limitadas.

“Quando amam, não desejam, e quando desejam, não podem amar”, e os esforços para transpor a distância entre as duas correntes, se dão pelo menos em fantasia (FREUD, 1912/1969, p. 188-189). Freud valoriza a união da corrente afetiva e sensual como tendo sua origem nos primórdios da infância. O desejo erótico e a ternura coexistem, assim, no psiquismo do sujeito. O amor proibido é idealizado, sagrado, e, em contrapartida, é inalcançável, marcado pela proibição. Logo, a fantasia é uma formação intrapsíquica, uma saída para a realização dos desejos inconscientes, que permite unir a fonte da ternura e a fonte sensual em um só objeto, formando um elo que mantém a relação amorosa.

Sobre a teoria da libido, Freud (1912/1969) propõe a existência de dois fatores que contribuem para o seu desenvolvimento. O primeiro consiste na frustração, que ocorre diante da nova escolha do objeto e, a consequente, depreciação em relação à pessoa substituída. A condição de depreciação em relação ao objeto escolhido permite, especialmente, ao homem, a expressão da sua sexualidade, com acentuada obtenção de prazer. Em segundo lugar, os objetos infantis, que deverão ser abandonados, exercem forte poder atrativo devido às catexias eróticas ligadas na infância. A libido distancia-se da realidade e é substituída pela fantasia através do processo introversivo, fortalecendo as imagens dos primeiros objetos sexuais, fixando-se nos mesmos. De acordo com Laplanche & Pontalis (1998), o processo introversivo pode ser compreendido como a retirada da libido dos objetos inanimados ou fantasias.

O sujeito, diante das novas escolhas objetais, buscará objetos que não rememorem os seus primeiros objetos sexuais, apesar de as figuras parentais exercerem fortes impulsos atrativos no imaginário do sujeito. Estes primeiros objetos sexuais permanecem como fonte de desejo e satisfação no inconsciente, que formam o ideal do sujeito, fonte das fantasias mais primitivas. O novo objeto de sua escolha sexual será depreciado pela não efetivação da expectativa ilusória do sujeito. A frustração ocorre em função da impossibilidade de substituição do objeto idealizado frente ao objeto real. O objeto de escolha sexual é depreciado para que a sexualidade possa se manifestar de forma mais intensa. Ocorre, dessa forma, um processo introversivo, cuja retirada da libido, sobre os objetos fantasiosos, pode favorecer à expressão da sexualidade do sujeito na vida adulta.

2.3

O Narcisismo

Antes de examinar o artigo freudiano “Sobre o Narcisismo: uma introdução” (1914/1969), pretendemos pontuar algumas considerações relevantes, para então discutirmos o texto em questão. Freud (1909/1969), numa reunião da Sociedade Psicanalítica em Viena, havia mencionado que o “narcisismo era uma fase intermediária necessária entre o autoerotismo e o amor objetal” (FREUD, 1914/1969, p. 77). O termo narcisismo faz referência à lenda, segundo a qual, Narciso se apaixona pela própria imagem refletida no lago.

Para Birman (2016), o narcisismo freudiano é marcado pelo investimento libidinal apresentando-se como uma imagem corpórea do “eu” formando uma unidade, diferindo-se, portanto, do autoerotismo, que se refere a uma imagem do “eu” fragmentado. É importante ressaltar que o narcisismo é considerado um trabalho central na evolução dos conceitos freudianos. Neste artigo, Freud (1914/1969) discute as relações entre o ego e os objetos externos, buscando diferenciar a “libido do ego” e a “libido objetal”. Os conceitos do “ideal do ego” e da autocensura, que estão diretamente relacionados, formam ainda a base da compreensão do conceito sobre o superego.

No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução, Freud (1914/1969), referindo-se a Paul Näke, afirma que o narcisismo é o modo de tratar o próprio corpo da mesma maneira que o objeto. O afagar e o acariciar são complementares para a obtenção do prazer. O autoerotismo, inicialmente, estaria vinculado e precederia o narcisismo. As pulsões autoeróticas necessitam, então, de “uma nova ação psíquica” (Freud 1914/1969, p. 84) para a formação do narcisismo. O ego é uma unidade do sujeito em completo desenvolvimento. No discurso freudiano, a constituição do “eu” na estrutura psíquica do sujeito seria posterior ao registro do autoerotismo e das pulsões parciais. Neste contexto, Freud faz a distinção entre “libido do ego” e “libido do objeto”. A libido do ego e a libido do objeto foram consideradas conceitos importantes, na teoria freudiana, pois tiveram sua origem nos estudos referentes à psicose e neurose. “O sujeito considera a sua sexualidade como um dos seus próprios fins e por outro lado é uma parte de si mesmo, que coloca suas energias em troca de uma retribuição do prazer” (FREUD, 1914/1969, p. 85). O sujeito é, portanto, o veículo mortal de sua essência e herdeiro de uma propriedade que lhe é própria.

Freud (1914/1969) admite que no estado do narcisismo, a “libido do ego” e a “libido do objeto” se conjugam não sendo possível diferenciá-las. É, pois, somente na ocorrência da catexia objetal, que se torna possível diferenciar uma energia sexual, a libido propriamente dita, da energia dos instintos. O autor descreve-as como antagônicas e afirma que quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia. A libido objetal atinge seu ápice, no caso de uma pessoa apaixonada, quando o indivíduo parece desistir de si mesmo, em favor da sua ligação com o objeto. Freud ressalta que no ápice da paixão, os limites entre o ego e o objeto ficam ameaçados de dissolução. Os apaixonados regridem, ao narcisismo ilimitado, e experimentam um sentimento oceânico, isto é, de ser um só. Assim, a vida psíquica deve favorecer a presença, concomitante, da capacidade de se fundir e de diferenciar-se do outro. O estar apaixonado, na concepção freudiana, consiste num caminhar da libido do ego em direção ao objeto, que enaltecendo o objeto sexual transforma-o num ideal sexual. O estar apaixonado compreende-se como uma relação de tipo de escolha objetal (ou tipo de ligação) e ocorre em circunstâncias que favorecem as condições infantis para amar. Para o

autor “qualquer escolha que satisfaça essa condição é idealizada” (FREUD 1914/1969, p. 107).

Segundo Laplanche & Pontalis (1986), de acordo com a teoria freudiana, existiria um equilíbrio energético entre as duas modalidades de investimento. A libido objetal tenderia a diminuir perante o aumento da libido do ego e vice e versa. Garcia-Roza (1995), ao referir-se a esta distinção, a descreve como da ordem da pulsão sexual, a qual pode ter como objeto o próprio “eu” ou o objeto exterior. Cabe sublinhar que o “eu” é uma instância privilegiada dotado de investimento libidinal denominado, por Freud, como estado narcísico. Posteriormente, o investimento libidinal incidirá sobre os objetos (representações objetais), o que corresponde à transformação da libido narcísica em libido objetal. O retorno deste investimento libidinal ao “eu”, após ter sido investido nos objetos externos, denomina-se narcisismo secundário.

Para Freud (1914/1969), o sujeito apresenta uma dupla existência: a primeira corresponde à satisfação das suas próprias necessidades e a outra existência é marcada pelo ideal do ego, representante do superego, que impede a satisfação dos seus desejos inconscientes. O sujeito reproduz a sua sexualidade, como uma finalidade em si mesmo, mas, por outro lado, ele é um veículo e herdeiro do patrimônio, que lhe permite a sobrevivência no meio social. Podemos dizer que na concepção freudiana a “libido do ego” estaria a serviço da busca do amor por si mesmo, e a “libido do objeto” na busca do amor do outro, ainda que de uma forma rudimentar, numa dimensão intrapsíquica.

Sobre a escolha amorosa, Freud (1914/1969) classifica dois tipos de escolha: a primeira do tipo narcisista, ama-se o objeto, em função do modelo de relação consigo mesmo. Tal tipo de escolha busca encontrar no outro um duplo de si mesmo, numa relação de espelho. O sujeito busca, portanto, seu próprio ego e vai reencontrá-lo no outro. A segunda escolha, do tipo anaclítica, se estabelece através de um modelo de apoio podendo ser considerada central na concepção freudiana, pois busca-se o apoio, através dos modelos infantis primários. “O sujeito pode amar, em relação ao tipo de escolha narcisista: o que ele próprio é; o que ele próprio foi; o que ele gostaria de ser; alguém que foi parte de si mesmo. Em relação ao tipo de escolha anaclítica ou de ligação: a mulher que o alimenta; o homem que o protege” (FREUD 1914/1969, p. 97).

A descrição do tipo de escolha objetal baseada na teoria do apoio, já tinha sido proposta no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1969) quando o autor relaciona a origem das primeiras satisfações sexuais, ligadas às funções para a manutenção da vida. A sexualidade infantil tinha, assim, o seu despertar, frente ao seu primeiro objeto, o seio materno.

A escolha de objeto caracterizada pela teoria do apoio, na concepção freudiana, fornece um modelo do objeto sexualmente satisfatório. A descrição da escolha narcisista do objeto apresenta variâncias na sua descrição. Laplanche & Pontalis (1986), discutindo as variações propostas por Freud (1914/1969), sobre o narcisismo, referem-se aos três primeiros itens da escolha do tipo narcísica: “O sujeito pode amar, em relação ao tipo de escolha narcisista: o que ele próprio é; o que ele próprio foi; o que ele gostaria de ser” (p. 97) como a escolha do objeto, que busca uma semelhança com a própria pessoa do sujeito. O que serve de modelo para o sujeito corresponde a uma imagem ou a um ideal. Vale a pena ressaltar que a semelhança com o objeto escolhido pode ocorrer de forma parcial. No último item, “alguém que foi parte de si mesmo” (FREUD, 1914/1969, p. 97), o ideal se resume ao amor narcísico que a mãe tem pelo filho, que outrora foi uma parte de sua própria pessoa. Neste aspecto, a eleição do objeto não é a semelhança pelo sujeito em si mesmo, mas ao que é permitido reencontrar, para restaurar o objeto perdido.

As primeiras satisfações sexuais autoeróticas são experimentadas em relação às funções vitais e têm por finalidade a auto-preservação. As pulsões sexuais encontram-se ligadas à satisfação das pulsões do ego, tornando-se mais tarde independentes destes. Os primeiros objetos sexuais de uma criança correspondem às pessoas que se preocupam com os cuidados da alimentação e proteção, ou seja, a figura materna ou quem a substitua. A oposição entre estes dois tipos de escolha faz aparecer a origem dos laços amorosos, sendo da ordem libidinal e narcisista, em diversas proporções, numa espécie de condensação das duas modalidades.

Freud (1914/1969) referindo-se às escolhas objetais, relacionadas a ambos os gêneros, faz algumas considerações, buscando diferenciações entre os sexos. O amor objetal do tipo apoio seria mais característico do sexo masculino e se apresentaria como uma espécie de retorno ao narcisismo originário. Na escolha

masculina haveria numa supervalorização sexual, onde se busca o outro, como seu objeto sexual. Em relação às mulheres haveria uma tendência na escolha do tipo narcísica. Nesse caso, a correspondência pelo amor dos homens é mantida, apesar da natureza enigmática revelada pelas mulheres. A necessidade primordial das mulheres seria o fato de serem amadas e não a de amar. As queixas masculinas, fruto do relacionamento com as mulheres, seria da ordem da incongruência, entre estes diferentes tipos de escolha. Entretanto, Freud (1914/1969) considera que parte das mulheres, desenvolve uma supervalorização sexual em suas escolhas tal como no sexo masculino. O autor reafirma que os percursos que levam à escolha do objeto estariam em conformidade com o tipo narcisista ou com o tipo anaclítico. Nesse sentido os dois tipos de escolha seriam ideais suscetíveis de combinação e de alternância. Tal oposição pode ser entendida como esquemática no pensamento freudiano.

Ainda neste artigo, Freud (1914/1969) reafirma a importância da teoria da libido e relaciona a reprodução do narcisismo dos pais na relação com os filhos. O amor dos pais pode ser considerado uma revivescência do seu próprio narcisismo. A idealização dos pais em relação aos próprios filhos, pode ser compreendida, então, como uma marca narcisista, tipo de escolha objetual que é sinalizada pelo amor. Os pais atribuem todas as perfeições aos filhos e buscam ignorar todas as suas falhas, o que é justificado pela própria condição narcísica que remotamente vivenciaram. Para Freud (1914/1969), “o amor dos pais, tão comovedor e ao mesmo tempo infantil, nada mais é que o narcisismo dos pais, renascido e transformado em amor objetual, revelando sua natureza anterior” (p. 98). O eu narcísico, assim, seria constituído pelo desejo das figuras parentais, na medida em que não puderam realizar em suas vidas alguns dos seus sonhos e desejos. Desse modo as figuras parentais se sacrificariam em prol da criança, abdicando de privilégios próprios e investindo narcisicamente no bebê. A criança seria o foco das atenções, assim como em sua “Majestade o Bebê” (Freud, 1914/1969, p. 98), termo denominado para caracterizar o amor enaltecido dos pais pela criança. O menino se tornará fantasiosamente um herói, no lugar imaginário do pai. Da mesma forma, a mãe, fantasiosamente, verá a menina como uma princesa, num mecanismo compensatório. O sistema narcísico segundo Freud permite a

imortalidade do ego, diante de uma realidade opressora e permite uma segurança que aponta o bebê como seu refúgio.

Garcia-Roza (1995), discutindo o narcisismo freudiano, ressalta que a constituição do eu do sujeito é resultante da confluência da imagem corporal, que a criança faz de si mesma, e da revivescência do narcisismo dos pais, que representa o narcisismo primário. O narcisismo secundário, por sua vez, surge do retorno ao “eu” dos investimentos feitos sobre os objetos externos. Nesse sentido o narcisismo primário talvez seja o primeiro estado do ser humano onde prevaleça a predominância do amor por si mesmo. O narcisismo primário, segundo este autor, pode ser considerado um esboço, ou um projeto do “eu” do sujeito do ponto de vista freudiano. Garcia-Roza (1995) ressalta que os narcisismos primários e secundários podem ser compreendidos tomando como referência a neurose e a psicose. Na neurose, ocorre uma retração da libido em favor do “eu”, sem que haja um desinvestimento erótico em relação às pessoas ou às coisas. O vínculo erótico permanece na fantasia do sujeito, onde os objetos reais são substituídos por objetos imaginários. Na psicose, a retração da libido não é realizada pela substituição de objetos reais por imaginários, mas pela retirada da libido das pessoas, sem a utilização do recurso da fantasia. Ocorre, portanto, uma cisão em relação ao objeto e uma acumulação de libido no próprio “eu”. O “eu” freudiano se constitui, assim, através da intervenção do superego, mediante o estabelecimento da trama identificatória, que culmina com a resolução do complexo Édipo.

Nessa direção, Aulagnier (1979) refere-se ao contrato narcísico como uma inserção da criança na cadeia dos seus antecessores em determinado contexto sócio-cultural. O indivíduo é demarcado como ser social e sua identidade é moldada por estes aspectos. Assim, os pais da criança, através do ideal do ego, fruto de seu próprio narcisismo, inserem seus filhos num *continuum* que os torna herdeiros e sucessores na cultura.

Ainda no artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução” Freud (1914/1969) conceitua o ego ideal como o amor a si mesmo, desfrutado na infância pelo “ego real”. O narcisismo do indivíduo se converge, então, a partir de um ego infantil (ideal narcísico de onipotência) dotado de toda perfeição e valor. É importante sinalizar que o sujeito nunca renuncia ao narcisismo da infância como modelo de

perfeição. “O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, na qual ele era o seu próprio ideal” (FREUD, 1914/1969, p. 101). O discurso freudiano considera a existência de dois modelos de ideais no psiquismo: o ego ideal e o ideal do ego. Na instância do ego ideal, a criança seria seu próprio ideal, que abrange a onipotência, enquanto na instância do ideal do ego, a criança ficaria submetida a um ideal que lhe transcenderia. A instância do ego ideal seria marcada pelo narcisismo primário e a instância do ideal do ego seria marcada pelo narcisismo secundário. Birman (2016) aponta que a diferenciação entre as duas instâncias psíquicas se atribuiria a partir da incidência do complexo de Édipo que estabelece a diferença sexual, incluindo o sujeito na história da sua geração. Portanto, é através da operação psíquica da castração que se efetua a transformação do eu ideal em ideal do eu.

Laplanche & Pontalis (1986) acrescentam que o conceito de ideal do ego, apresentado no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914/1969) pode ser considerado uma formação intrapsíquica, com autonomia, que serve de referência ao ego, para apreciação das suas próprias realizações. A origem do ego ideal como instância estaria, assim, fundamentada no próprio narcisismo. Este estado narcísico poderia ser comparado ao delírio de grandeza que é abandonado, mediante a crítica dos pais, em relação à criança. Neste sentido, os autores apontam que o ideal do ego e a formação do superego, na concepção freudiana são termos sinônimos, o que veremos mais adiante, no texto “O ego e o id” (1923/1969).

Nesse contexto, Birman (2016) sinaliza que Freud, não faz uma distinção clara entre os conceitos de ideal do ego e de superego. O mecanismo psicológico da identificação projetiva possibilita a constituição do superego através de um processo sublimatório. O ideal do ego surge, então, a partir da angústia de castração que incide sobre o ego ideal numa tentativa de buscar o outro narcísico, possibilitando ao “eu” a experiência partilhada de uma imaginária completude. O superego pode ser visto através do confronto entre o eu e o outro, enquanto o ideal do ego exige a relação entre o eu e o outro para sua sobrevivência.

Freud (1914/1969) discute a relação entre os conceitos de idealização e de sublimação no narcisismo primário. A sublimação é vista como um processo referente à libido objetal, cujo objetivo não é a satisfação sexual, podendo ser

compreendida como um desvio da sexualidade. A sublimação não corresponde à exclusão da satisfação, mas se apresenta como uma maneira possível de alcançar a satisfação. Ela pode ser compreendida como um deslocamento libidinal que visa objetos que são valorizados na sociedade. Podemos citar como exemplo, o caso do artista que transfere sua libido para a fantasia, obtendo um alívio e uma compensação temporária. A sublimação não carece de repressão, mas pode ser considerada uma elaboração da fantasia do sujeito.

De acordo com a concepção freudiana, o conceito de idealização é um processo referente ao objeto, cuja qualidade e valor se aproximam da perfeição. A idealização é possível tanto na esfera da libido do ego quanto na libido objetal. A formação de um ideal aumenta as exigências do ego e constitui o fator mais eficaz que favorece à repressão. Para Laplanche & Pontalis (1986), a identificação com o objeto idealizado contribui para a formação dos ideais do sujeito. A idealização é, pois, um processo pelo qual as qualidades e o valor do objeto se assemelham à perfeição. Ainda segundo Laplanche & Pontalis (1986), a identificação com o objeto idealizado contribui para a formação dos ideais e para o enriquecimento das instâncias do sujeito: o ego ideal e o ideal do ego.

Nessa direção, Freud (1914/1969) valoriza na relação amorosa a ligação entre autoestima e o erotismo. O não ser amado envolve uma diminuição do sentimento da autoestima. Por outro lado, o ser amado e ser correspondido pelo amor do outro eleva o sentimento da autoestima. Freud explica que quando a libido é reprimida ocorre um esvaziamento do ego e a satisfação do amor torna-se impossível. O ego torna-se, assim, fortalecido, mediante a retirada de libido dos seus objetos. O retorno da libido objetal ao ego e sua transformação no narcisismo permite uma nova relação de amor, em que libido objetal e libido do ego não podem ser diferenciadas. Uma parte da autoestima é primária e corresponde ao resíduo do narcisismo infantil, a outra parte é resultante da onipotência, enquanto uma terceira parte provém da satisfação da libido objetal. Considerando a diferença entre as pulsões sexuais e as pulsões do ego, devemos reconhecer que a autoestima depende intimamente da libido narcisista. Dessa forma, o autor postula que “nas relações amorosas, o fato de não ser amado reduz os sentimentos de autoestima, enquanto o de ser amado os aumenta” (FREUD, 1914/1969, p. 104). A

finalidade da escolha narcísica é o fato de sentir-se amado e a satisfação do sujeito é proveniente deste estado.

Outro aspecto considerado por Freud (1914/1969) é a dependência emocional do sujeito em relação ao objeto amado. Quanto maior for dependência emocional na sua expressão, menor será a sua autoestima, ou seja, quanto mais o sujeito ama o outro, menos ama a si próprio. Nessa perspectiva, o apaixonamento coloca o sujeito na condição de um amor ilimitado que corresponderia ao narcisismo infantil, como uma não diferenciação do objeto interno e externo, num estado fusional correspondente à relação mãe-bebê. O amor pelo objeto significa, então, perder parte do próprio narcisismo que deverá ser substituído pelo amor do outro. Sob esse aspecto, a autoestima primária parece estar relacionada ao componente narcísico do amor que corresponde ao resíduo do narcisismo infantil. Outra porção provém da onipotência que é confirmada pela experiência (realização do ideal do ego) e a terceira parte tem sua origem na satisfação da libido objetal.

Birman (2016), considerando o pensamento freudiano, diz que o ideal do ego impõe condições para que a libido possa se satisfazer por meio de objetos escolhidos, entretanto a presença da censura pode ocasionar a rejeição de tais objetos. A tentativa de resgatar o seu próprio ideal na infância e as tendências sexuais fantasiosas é a meta para conquistar a plenitude. O estar apaixonado consiste no deslocamento da libido do ego em direção ao objeto. O estado da paixão, então, permite a remoção de repressões e a instalação das perversões. A exaltação do objeto sexual favorece o aparecimento de um ideal sexual. O estar apaixonado, portanto, se caracteriza pelo tipo de ligação objetal (anaclítica) e pode ser considerada uma condição infantil para amar sendo que qualquer condição para esse tipo de amor se encontra no plano da idealização infantil.

Freud (1914/1969) aponta a importância do ideal do ego para a compreensão da psicologia dos grupos, afirmando que além do seu aspecto individual, abrange também o aspecto social e pode ser compreendido como um ideal comum de uma família, de uma classe ou uma nação. Mais adiante, Freud (1921/1969) aprofunda seus estudos em “Psicologia de grupo e a análise do ego” e enfatiza o ideal do ego como um núcleo de formação grupal.

2.4

A trama identificatória

Em 1910, Freud no texto de Leonardo da Vinci “Uma lembrança da sua infância”, faz uma referência ao complexo de Édipo mediante esta citação: “Quem deseja a própria mãe na infância não poderá evitar o desejo de substituir o pai e de identificar-se com ele na imaginação, e depois constituir como tarefa de sua vida obter ascendência sobre ele” (FREUD, 1910/1969, p.126). O que podemos compreender como primeiro objeto de desejo é o encontro com a figura materna que é a marca amorosa dos primórdios da infância. A sua relevância é inquestionável no desenvolvimento da teoria do desenvolvimento libidinal, que culmina com o complexo de Édipo.

O conceito de identificação refere-se a um processo psicológico, no qual ocorrem assimilações de atributos do outro, gerando transformações totais ou parciais que tomam o outro como modelo. O sujeito se constitui e se diferencia, então, através de uma série de identificações. No pensamento freudiano, o conceito de identificação foi assumindo gradativamente, um lugar relevante na psicanálise, por ser uma das operações centrais que estruturam o psiquismo do sujeito. A evolução deste conceito está diretamente relacionada ao complexo de Édipo com seus efeitos estruturais, onde os investimentos dos pais são abandonados e substituídos por identificações (LAPLANCHE & PONTALIS, 1986).

No texto “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921/1969), Freud insere o complexo de Édipo como estruturador na constituição psíquica do sujeito através da trama identificatória. Trata-se, portanto, da formação dos laços emocionais através do efeito de mecanismos identificatórios. A identificação é considerada, no pensamento freudiano, a mais remota expressão de um laço emocional. Apresenta, assim, um papel determinante na história primitiva do complexo de Édipo. Nesse sentido, o menino mostrará interesse especial pelo pai almejando ser como ele e ocupar o seu lugar, na relação com sua mãe. Ele toma o pai como seu ideal, entretanto não significa uma atitude passiva ou feminina em relação ao pai, pelo contrário, trata-se de um comportamento tipicamente masculino. Ao mesmo tempo em que ocorre esta identificação com a figura do

pai, ou mesmo um pouco antes, o menino começa a desenvolver uma catexia de objeto sexual, em relação à mãe, do tipo anaclítico.

Dessa forma, o menino apresenta dois laços psicologicamente diferenciados: uma catexia de objeto sexual, diretamente com a mãe, e uma identificação com o pai, tomado como modelo. Ambos subsistem, concomitantemente, sem qualquer influência ou interferência mútua. Somente na transição para o complexo de Édipo é que ocorre a confluência de ambos os laços. O menino coloca-se no lugar do pai em relação à mãe e sua identificação com a figura paterna assume um aspecto hostil, o que o faz desejar substituí-lo em relação a mãe. A identificação é ambivalente desde o início podendo tornar-se tanto uma expressão de ternura quanto um desejo de afastamento. Comporta-se como num período que se deriva da primeira fase da organização da libidinal, a fase oral, cujo objeto que desejamos é assimilado pela ingestão, sendo dessa maneira aniquilado.

Freud (1921/1969) refere-se a essa fase como análoga ao canibalismo. O canibal, que no pensamento freudiano permaneceu na fase oral, tem afeição devoradora por seus inimigos, mas só devora as pessoas pelas quais se afeiçoa o que caracteriza a incorporação. O termo canibalismo, segundo Laplanche & Pontalis (1986), foi utilizado na concepção freudiana, para caracterizar as relações de objetos e fantasias que estão relacionadas à fase oral. Pode ser considerado a expressão simbólica dos diferentes aspectos da incorporação oral, tais como o amor, a destruição, a conservação no interior de si mesmo e a apropriação das qualidades do objeto.

Quando o complexo de Édipo se inverte, o pai é tomado como objeto homossexual, onde as pulsões sexuais buscam uma satisfação direta em relação ao objeto. A identificação com a figura do pai precede uma vinculação de objeto com o mesmo. De modo similar, tais substitutos também são aplicados em relação às meninas. Freud (1921/1969) enuncia a diferença entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. O primeiro enunciado corresponde “ao pai que o menino gostaria de ser”, e o segundo “ao pai que o menino gostaria de ter” (FREUD, 1921/1969, p. 116). O laço pode estar vinculado, portanto, ao sujeito ou ao objeto do ego.

Desse modo, a identificação busca moldar o próprio ego do sujeito, segundo um modelo de referência. Nesse sentido, é importante ressaltar que a identificação constitui a forma mais primitiva e original do laço emocional podendo ser dividida em três aspectos. No primeiro aspecto se apresenta originalmente, como um laço emocional com o objeto, que caracteriza uma identificação pré-edipiana, marcada pela fase oral. No segundo aspecto se caracteriza como substituto regressivo de uma escolha abandonada. E no último aspecto é marcado pelo não investimento sexual do outro, mas o sujeito pode se identificar com este objeto na medida, em que ambos têm um desejo comum, o de ser amado, por exemplo.

Podemos dizer que o processo identificatório se estabelece no momento da trama edípica, ao lado do investimento libidinal. O menino ama a própria mãe e se identificará com a figura do pai, vivenciando sentimentos de amor e ódio que caracterizam essa fase. Neste artigo (Freud, 1921/1969), a trama identificatória se revela como base do processo de constituição do sujeito que culmina com o complexo de Édipo. O sujeito é constituído e inserido na sua história geracional, trazendo o legado da sua existência. Uma vez destacada a trama edípica, o autor demonstra que estas identificações formam uma estrutura complexa, na medida, em que pai e mãe são objetos de amor e rivalidade. A presença da ambivalência é condição necessária na constituição do psiquismo do sujeito.

2.5

Complexo de Édipo e a Resolução

Freud (1923/1969) simplifica o conceito do complexo de Édipo e afirma que o menino, nos seus primeiros anos de vida, desenvolve uma vinculação com a sua mãe relacionada ao seio materno, o que corresponderia ao tipo de escolha objetual do tipo anaclítico. Neste mesmo período, a criança estabelece uma ligação com o próprio pai e ambos os relacionamentos subsistem de maneira independente, até que os desejos sexuais em relação à mãe se intensificam. Neste momento, o pai apresenta-se como um interdito estabelecendo dessa forma o complexo de Édipo. Nesse contexto, a identificação do menino com a figura paterna apresenta-se de forma hostil e o pai torna-se o seu rival pelo desejo do

menino em querer ocupar o lugar do mesmo na relação com a mãe. A relação com o pai torna-se ambivalente, porém a ambivalência teria sua origem antes da fase edipiana, porém de forma latente. Com a ruptura do complexo de Édipo, a figura da mãe deverá ser abandonada. A atitude ambivalente em relação ao pai e uma relação objetal afetuosa para com a mãe constituem o complexo de Édipo positivo no menino.

Freud (1923/1969) considera o complexo de Édipo masculino e feminino como idênticos e, mais tarde, abandona esta concepção. O complexo de Édipo completo é visto, assim, na sua duplicidade, apresentando-se como negativo e positivo devido à bissexualidade presente na criança. O menino não apresentaria simplesmente uma atitude ambivalente em relação ao pai e uma escolha pela mãe. A criança do sexo masculino apresentaria uma atitude afetuosa em relação ao pai e manifestaria ciúme e hostilidade em relação à mãe. Nesse sentido, o conceito de bissexualidade aparece como responsável “pelas vicissitudes correspondentes do complexo de Édipo” (FREUD, 1923/1969, p. 45). O autor, no decorrer deste texto admite, então, que a ambivalência apresentada nas relações com os pais deve ser atribuída à bissexualidade e não como resultante da identificação em consequência da rivalidade.

Ainda no texto “O ego e o id”, Freud (1923/1969) argumenta sobre a importância da dissolução do complexo de Édipo. São apresentadas quatro tendências que irão produzir a identificação paterna e materna. A identidade paterna buscará preservar a relação de objeto com a figura materna que pertencia ao complexo de Édipo positivo. Concomitantemente substituirá a relação de objeto com o pai, que pertencia ao complexo de Édipo invertido. O mesmo acontecerá em relação à identificação materna. É importante sublinhar que a intensidade das identificações sofrerá variações conforme a disposição sexual. O resultado da fase sexual que denominamos complexo de Édipo compreende-se como a formação de um ego. Essa modificação do ego estaria em confronto com os outros conteúdos egóicos, tal como a instância do ideal do ego ou superego. O superego não se resume a um resíduo primitivo referente às primeiras escolhas objetais do id, mas simboliza uma formação reativa contra essas escolhas. A duplicidade do papel do ideal do ego ou superego tem por finalidade reprimir o complexo de Édipo. A figura paterna representa a proibição frente à realização do

desejo edipiano. O complexo de Édipo revela sua importância como fenômeno central do período da primeira infância. Após esta fase ocorre a sua dissolução, sendo submetido ao mecanismo da regressão, permanecendo em um estado de latência (FREUD, 1924/1969).

No texto “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud (1924/1969) faz algumas considerações iniciais que julgamos pertinente comentar. Na visão freudiana, o complexo de Édipo sofre a ruptura em prol da constituição do sujeito. O complexo de Édipo se apresenta, assim, como uma experiência muito individualizada e pode ser considerado um fenômeno determinante, atravessado pela hereditariedade, cuja finalidade é instalar no sujeito uma nova dimensão psíquica.

Freud faz referência à fase fálica como sendo contemporânea ao complexo de Édipo, e que se desenvolve após a organização genital definitiva, ultrapassado o período de latência. A criança, especialmente o menino, demonstra interesse pelos seus órgãos sexuais e, através da manipulação dos mesmos, percebe a não aprovação dos pais neste comportamento. Isto é sentido na criança como uma crítica que intensifica o medo de perder o órgão sexual, que, por sua vez, lhe dá prazer. O menino, ao visualizar a ausência de um pênis na menina, alguém que lhe parece semelhante, se vê diante da ameaça de castração. Para o autor, é a ameaça de castração que provoca a destruição da organização genital fálica da criança o que se dá de forma descontinuada, por trata-se de um processo que envolve o psiquismo. Freud, por outro lado, aponta que a retirada do seio materno no período da amamentação (fase oral) deve ser progressiva pois implica numa perda que poderia intensificar a ameaça da castração, mas tal afirmação é uma hipótese do autor.

A psicanálise enfatiza que as experiências que envolvem o psiquismo da criança estariam relacionadas às fases do desenvolvimento libidinal. A relação erótica, tal como percebida pela criança, se apresenta de forma vaga. As sensações que vêm dos seus órgãos genitais denunciam um prazer próximo. Para Freud, o período edipiano é marcado pela excitação sexual e a masturbação permite uma descarga genital.

Freud (1923/1969) postula que o complexo de Édipo oferece duas possibilidades de satisfação à criança, podendo ser considerada ativa ou passiva. Desse modo, a criança poderia se colocar no lugar de seu pai, de forma masculina e ter relações com a mãe, como tinha seu pai ou poderia querer assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai. Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo custa à criança o seu órgão genital, surge um conflito relacionado ao seu interesse narcísico aliado a esta parte do corpo e à catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, o ego da criança triunfa face à angústia da castração. Assim, as catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai é introjetada no ego, formando a instância do superego que, assumindo a severidade do pai, imortaliza a proibição contra o incesto, na criança, defendendo o ego do retorno da catexia libidinal. Nesse contexto, as tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas e, parte, delas são inibidas e transformadas em impulsos de afeição.

A operação decorrente do complexo de Édipo afasta o perigo da perda eminente do órgão genital, preservando-o. Instaura-se, assim, o período de latência, que interrompe o desenvolvimento sexual infantil. Ocorre daí a repressão que induz o afastamento do ego diante do complexo de Édipo, com a participação do superego que começa a ser formado. O autor aponta que a destruição do complexo de Édipo é ocasionada pela ameaça de castração. Freud (1924/1969) admite uma vinculação entre a organização fálica, o complexo de Édipo, a ameaça de castração, a formação do superego e o período de latência, que juntamente promoveriam a dissolução do complexo edípiano.

A constelação edípica é a base do processo de identificação do sujeito. A destruição do complexo de Édipo é, pois, ocasionada pela ameaça de castração e a angústia de castração pode ser considerada como a primeira capaz de apaziguar o desejo na criança. É importante acrescentar que o complexo de Édipo no sexo feminino também é marcado por um período de latência e pela formação do superego. A diferença é que a menina aceita a castração como fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência. O complexo de Édipo na menina vai além de assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina diante do pai. A renúncia do genital masculino é marcada pela compensação de tal maneira que o complexo de Édipo na menina culmina com o desejo de ter um

filho como presente do próprio pai. Ambos os desejos, o de possuir o órgão masculino e o de ter um filho do próprio pai, permanecem catexizados no inconsciente. Para o autor este fato contribuirá para a preparação do sexo feminino para o seu futuro papel na família.

No texto “O ego e o id” Freud (1923/1969) não faz uma distinção clara entre os conceitos de ideal do ego e de superego, considerando-os como idênticos, como vistos anteriormente. Contudo podemos afirmar que o ideal do ego aparece a partir da angústia de castração que incide sobre o ego ideal numa tentativa de buscar o outro narcísico possibilitando ao “eu” a experiência partilhada de uma imaginária completude. Enquanto o superego pode ser visto através do confronto entre o “eu” e o “outro”, o ideal do ego por sua vez exige a relação entre o “eu” e o “outro” para sua sobrevivência. O superego como instância psíquica é o herdeiro do complexo de Édipo e impõe as regras a serem introjetadas pelo sujeito. A figura do pai representa a proibição, a lei paterna. O ego infantil é reprimido diante desta proibição através do mecanismo de introjeção.

Segundo Laplanche & Pontalis (1986), a introjeção permanece marcada pelo seu protótipo corporal e se traduz em fantasias, que recaem sobre os objetos, sejam estes parciais ou totais. A introjeção estaria estreitamente relacionada com a identificação. Esta, por sua vez, refere-se ao processo psicológico em que são assimilados pelo sujeito, um aspecto ou atributo do outro, que servem de modelo desse “outro”.

O superego é dotado do caráter do pai e poderá ser estendido para a sociedade pela imposição da lei, através das regras, crenças e valores, que são introjetados no sujeito. Quanto maior for a repressão, maior será a dominação do superego em relação ao ego e, sob a forma consciente, maior será o sentimento de culpa. O superego como instância apresenta seu aspecto biológico e outro histórico. No aspecto biológico, encontra-se a questão do desamparo do homem e sua dependência no período da infância. O complexo de Édipo interrompe o desenvolvimento libidinal no período de latência e insere o sujeito na vida sexual. Assim, o complexo de Édipo revela seu aspecto histórico ressaltando a sua herança no contexto sócio-cultural.

Freud (1923/1969) considera o ideal do ego ou superego como o herdeiro do complexo de Édipo. O surgimento do superego é oriundo, então, da trama edipiana. O ego é essencialmente representante do mundo externo, da realidade enquanto o superego, por sua vez, é colocado em contraste com o ego, como representante do mundo interno, ou seja, o id. Os conflitos entre o ego e o superego refletem o contraste entre o que é a realidade e o que é psíquico, apontando para a distinção entre o mundo interno e externo.

À medida que a criança alcança seu desenvolvimento, o papel do pai passa a ser exercido pela sociedade, cujas proibições se estabelecem no ideal do ego ou superego e se perpetuam na forma de consciência com a finalidade de exercer a censura moral. O superego é, portanto, o representante que se tornou a instância da proibição e da identificação paterna e se constitui como o segundo aspecto resolutivo do Édipo infantil. Embora a angústia da castração contribua intensamente para a resolução do Édipo, somente a identificação paterna lhe propõe uma saída. Isto é, para encontrar uma solução para o dilema colocado pelo superego, o ego da criança vai identificar-se com o ego do seu pai. Mais tarde, o sujeito buscará um objeto de amor com os traços mnêmicos da figura materna, o que vai lhe permitir conciliar desejo, angústia de castração e identificação. O discurso freudiano estabelece duas instâncias psíquicas ideais cuja diferenciação seria a incidência do complexo de Édipo, que permite a diferenciação sexual e a inserção do sujeito na cadeia geracional através da sua história, pelo impacto da experiência de castração.

O que podemos apontar como eixo central nos estudos sobre o psiquismo, na teoria freudiana, é que existiria um conflito permanente entre os registros do narcisismo e da alteridade, entre o eu ideal e o ideal do eu na medida em que a mudança ocasionada pelo complexo de Édipo ocasionaria a transformação da economia do narcisismo, em direção ao campo do outro. Desse modo, o pensamento freudiano pode ser compreendido não apenas como um discurso voltado para o campo do eu, pois visaria analisar as tensões entre os registros do eu e do outro, inscrevendo-se nas linhas estabelecidas entre o narcisismo primário e secundário. A partir da operação do complexo de Édipo é que se efetuariam a mudança decisiva no psiquismo do sujeito. O complexo de Édipo é considerado fundamental na estruturação do sujeito e pode ser considerado um marco na teoria

psicanalítica. O Édipo releva a presença do outro, na constituição do sujeito. A construção conceitual da teoria edipiana apresenta um desenvolvimento linear ao longo da psicanálise. O Édipo constitui um mecanismo decisivo que engloba o processo da subjetividade e da sexualidade do sujeito. O superego é o resultado que coloca o ponto final na complexidade da trama identificatória. O superego resulta de um processo identificatório com a lei, sendo a figura do pai o seu representante. Assim, o declínio do Édipo negativo, no qual ocorre o processo de identificação com a mãe, faz surgir a instância do complexo de Édipo.

2.6

As Contribuições do Totemismo versus Édipo

Em “Totem e tabu”, Freud (1913/ 1969) reafirma o valor socializante do Édipo e da proibição do incesto, ressaltando que a característica do sistema totêmico, refere-se ao fato de que ao encontrarmos totens nos deparamos também com “uma lei contra as relações sexuais do mesmo totem e consequentemente contra o seu casamento” (p. 23). Trata-se então do princípio da “exogamia”, uma instituição relacionada com o totemismo. É importante ressaltar que este estudo representou um movimento decisivo na teorização à medida que o autor associou o mito da horda primeva com o Totemismo e o complexo de Édipo. O Totem é um animal que demarca os deveres, direitos e limites dos indivíduos de um grupo e, entre os grupos, e será a partir dele que irá surgir a exogamia. O tabu é o proibido, o sagrado e o Totem impõem uma lei que deve ser seguida, funcionando como o pai edípico, na medida em que defende a proibição do incesto. O assassinato deste pai primitivo pelo grupo de irmãos excluídos e a devoração canibal do pai morto constituem o fundamento do processo de identificação. O ato de incorporação tem por finalidade, então, fazer com que os membros do grupo se transformem em representantes desse pai ideal. Desse modo, o grupo de irmãos renuncia ao objeto de desejo pelo qual lutaram e mitificam o pai morto como Totem, instaurando o domínio da lei que se refere ao começo da organização social, das restrições morais e da religião. O Totemismo opera por meio da identificação em diferentes aspectos. O recalque do incesto e do canibalismo é uma das condições para que o sujeito adquira uma identidade e seja incluído no sistema de trocas.

Freud (1913/1969) considera que os destinos da horda primeva deixaram traços indestrutíveis na história da descendência humana, especialmente porque o desenvolvimento do totemismo, que abrange em si os primórdios da religião, da moralidade e da organização social, está ligado ao assassinato do chefe pela violência e à transformação da horda paterna em uma comunidade de irmãos. O texto de “Totem e tabu” (Freud, 1913/1969) foi resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a Antropologia Cultural, referindo-se às origens das civilizações, cujos estudos foram dedicados à questão do horror ao incesto, como ponto crucial da civilização humana. O texto abrange a problemática edípica, na discussão sobre o horror ao incesto, aproximando os conceitos da neurose, infância e povos primitivos. Nesse sentido, Freud fortalece sua tese sobre o complexo de Édipo, introduzindo a discussão no campo da antropologia.

Freud (1921/1969) admite que a libido se vincula à satisfação das grandes necessidades vitais e escolhe como seus primeiros objetos, as pessoas envolvidas nesse processo. É no desenvolvimento da humanidade, na sua totalidade, que o amor atua como fator civilizador, no sentido de transformar o egoísmo em altruísmo. Se nos grupos, o amor a si mesmo, narcisista, está sujeito a limitações, isso comprova que a essência da formação grupal consiste na criação de novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo. Existe aqui, uma preocupação com os impulsos amorosos que foram desviados de seus objetivos originais.

Para Freud (1921/1969) o instinto social parece não ser tão primitivo, sendo possível descobrir os seus primórdios no grupo familiar. Freud (1921/1969) admite que a psicanálise tem demonstrado que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas com uma certa duração, (casamento, amizade e relações entre pais e filhos), está sujeita a um sentimento de aversão e hostilidade, que só escapam à percepção em consequência da repressão. Quando a hostilidade se dirige a pessoa amada, tal fato pode ser descrito como uma ambivalência de sentimentos, causado por conflitos de interesses, que surgem nas relações de proximidade. Por outro lado, as antipatias e aversões, que as pessoas sentem em relação aos estranhos, podem ser identificadas, como a expressão do amor a si mesmo, ou seja o narcisismo propriamente dito. Esse amor a si mesmo contribui para a preservação do indivíduo. Quando o grupo se forma, a totalidade dessa

intolerância se desvanece, temporária ou permanentemente, dentro do grupo. Enquanto uma formação de grupo persiste ou até onde ele se estende, os indivíduos do grupo comportam-se como se fossem uniformes, toleram as diferenças entre os membros, igualam-se a eles e não sentem aversão pelos mesmos.

A limitação do narcisismo, de acordo com as conceituações, só pode ser compreendida, através da formação do laço libidinal com outras pessoas. “O amor por si mesmo só conhece uma barreira: o amor pelos outros, o amor por objetos” (FREUD, 1921/1969, p. 113). Freud, de certa forma, constata que a necessidade libidinal constitui o primeiro motivo para dirigir uma catexia duradoura sobre o objeto sexual, permitindo “amá-lo” também nos intervalos que a paixão não está no seu vigor. O objeto de desejo é sempre procurado e nunca é encontrado, o que faz com que o sujeito seja impulsionado na busca constante pelo objeto perdido. Na escolha amorosa, então, o amor fixado ao objeto lhe permite a condição de idealizá-lo e fixá-lo como algo duradouro, tal como nos primórdios, onde o sujeito era o seu próprio ideal.

A dimensão intersubjetiva da relação amorosa: constituição da conjugalidade

A subjetividade pode ser compreendida como uma condição constitutiva do sujeito. Nesta dimensão, a intersubjetividade é construída a partir do espaço psíquico particular da configuração de cada vínculo. Os dois espaços psíquicos, assim reconhecidos, se articulam e são parcialmente heterogêneos, possuindo lógicas próprias. Nesse sentido, a intersubjetividade apresenta-se como uma estrutura dinâmica no espaço psíquico entre dois ou mais sujeitos. Nesta dimensão psíquica, estão inseridos os processos, formações e experiências, cujos resultados dão origem ao aparecimento dos sujeitos do inconsciente, através do “eu” no seio de um “nós” (KAËS, 2011, p. 24).

Neste contexto, devemos valorizar os aspectos intersubjetivos na constituição da conjugalidade considerando-os como o espaço da realidade psíquica entre os sujeitos, enquanto sujeitos do inconsciente. É importante precisar que a intersubjetividade corresponde ao que é partilhado entre os sujeitos ligados entre si através de conformidades recíprocas (estruturantes ou alienantes) aos processos constitutivos do inconsciente. Sendo assim, podemos sinalizar o recalque, as fantasias, as negações em comum, os significantes partilhados e os desejos inconscientes como mecanismos constitutivos, sendo as proibições fundamentais na organização psíquica do sujeito. Neste sentido, existe uma lógica dos processos e das formações internas articuladas a uma lógica das correlações de subjetividades envolvidas, o que pode ser compreendido pela afirmação de Kaës (2011): “Não há uma, sem a outra e sem o conjunto que as constitui e mantém; uma sem a outra, mas no conjunto que as reúne” (p. 23)

De acordo com Kaës (2011), o psiquismo humano é dotado de três dimensões que se encontram estreitamente relacionadas, tais como a sexualidade infantil, a fala e os vínculos intersubjetivos. O longo período de desenvolvimento da criança, que envolve a maturação do recém-nascido e a forte dependência em relação aos cuidados maternos, vai influenciar diretamente na sexualidade, na fala,

nos vínculos, assim como na linguagem da criança. Desta maneira, a fala e a linguagem do bebê são marcadas pelo recalque da sexualidade infantil, pelas condições intersubjetivas moldadas pelo primeiro ambiente. Assim, a mãe transmite seus próprios conteúdos inconscientes e seu próprio recalque. Podemos dizer que tais condições são ao mesmo tempo subjetivas (psiquismo materno) e intersubjetivas (o encontro entre a mãe e o bebê). De modo análogo, o vínculo intersubjetivo se inscreve na sexualidade e na fala marcando-as com seus efeitos. Nesta dimensão, a sexualidade, a fala e os vínculos cooperam de formas distintas e apresentam uma importância fundamental para a formação do inconsciente do sujeito e para construção do seu “eu”. Dessa forma, as conjugações destes três componentes contribuem para a formação da realidade psíquica inconsciente do vínculo intersubjetivo.

Para Kaës (2011), o sujeito se constitui na intersubjetividade e as alianças inconscientes se produzem através da dinâmica e da economia dos estados inconscientes, presentes em cada relação amorosa. As alianças inconscientes desempenham seu papel na formação inconsciente do espaço intrapsíquico do sujeito, e nos processos em que o sujeito reconhece o seu “eu”. O processo de subjetivação seria, assim, marcado pelo reconhecimento das alianças inconscientes que constituíram o sujeito do inconsciente num seio em que o sujeito identifica o seu lugar. Assim, “sustentar que as alianças inconscientes criam o inconsciente é optar pela concepção do psiquismo aberto para o inconsciente do outro, e até para mais de um outro” (KAËS, 2014, p. 49). Do ponto de vista da psicanálise de casal, podemos dizer que na constituição da conjugalidade coexistem duas subjetividades envolvidas e entrelaçadas, formando uma estrutura dinâmica, cujo espaço psíquico forma o eu-casal.

3.1

A constituição do casal

O amor no casamento, como o concebemos na contemporaneidade, teve a sua expressão a partir do século XVIII, quando a sexualidade começou a apresentar um papel significativo no casamento (ARAUJO, 2001). O amor, no sentido moderno, buscando a consensualidade, escolha e paixão amorosa, não

existia no casamento, sendo, em geral, vivenciado nas relações extramatrimoniais, de tal maneira que a sexualidade não era vivida como lugar de prazer, mas na função específica da reprodução. Desde a antiguidade à idade média, eram os pais que providenciavam o casamento dos filhos visando seus interesses próprios. Portanto, o casamento não era concebido por uma relação amorosa, mas correspondia a um acordo de interesse familiar, visando um contrato entre um homem e uma mulher, cuja finalidade não era o prazer sexual e nem um acordo estabelecido entre os parceiros, mas uma decisão de escolha que pertencia à família de origem. A finalidade do casamento no mundo ocidental, então, era a união do casal, formando, dessa maneira, uma aliança firmada que se sobrepunha ao amor e à sexualidade.

Nesse contexto, a escolha amorosa não envolvia decisões ligadas à paixão e à sexualidade e tinha por finalidade a procriação, através do estabelecimento de uma aliança imposta. A este respeito, os trabalhos realizados por Lévi-Strauss citados por Araujo (2001) apontam que, nas antigas sociedades, a aliança também era um fator determinante na instituição casamento. A união era baseada pela necessidade recíproca da delimitação dos papéis sexuais, mas não visava o prazer sexual. A aliança se apresentava, assim, como uma forma de intervenção do grupo sobre os bens considerados escassos e essenciais para a sobrevivência, baseando-se em um sistema de trocas, cujas regras marcam a origem do casamento. A proibição do incesto é, por sua vez, uma regra de reciprocidade que impõe a formação de alianças não só por meio da troca de bens, como também de mulheres. Para estabelecer esses laços, os grupos teriam, então, que almejar a regra da exogamia, que interdita o casamento com um membro da família. Cabe ressaltar que o contrato se estabelecia entre homens e a mulher era objeto da troca feita por eles.

Segundo Magalhães (2003), o termo conjugalidade refere-se à dimensão da experiência compartilhada entre os parceiros baseada na relativa continuidade e estabilidade do vínculo conjugal, cuja origem é a trama identificatória. A conjugalidade se constitui através do encontro amoroso, partindo do princípio que o amor na relação conjugal, numa visão contemporânea e moderna, tornou-se a fonte de motivação e de manutenção do casamento. Dessa perspectiva, a felicidade conjugal estaria baseada na crença de um amor ideal e correspondido,

ou seja, no encontro do parceiro ideal. “O “eu” surge a partir de uns “nós” primitivo, ilusão de fusão, reminiscência da relação mãe-bebê, e ressurgue de forma transmutada na relação conjugal” (MAGALHÃES, 2003, p. 227). Desta maneira, na conjugalidade, a existência de duas subjetividades envolvidas e entrelaçadas formam uma estrutura dinâmica e trazem a reminiscência da relação da mãe- bebê. A relação conjugal se constitui através de uma estrutura dinâmica, cujo espaço psíquico forma o eu-casal. Neste contexto a conjugalidade apresenta-se com uma dimensão que favorece a reatualização dos aspectos primitivos em ambos os parceiros. Podemos dizer também que o encontro amoroso favorece a união dos elos geracionais dos parceiros que entrelaçados formam o núcleo conjugal.

Para discutir a constituição da conjugalidade, inicialmente, nos parece interessante abordar o termo “casal matrimonial”. Puget e Bereinstein (1994) definem o casal, como uma estrutura vincular entre dois sujeitos de sexos opostos que, baseado num compromisso estabelecido, podem ou não cumpri-lo. Sob esta ótica, o ser humano apresenta uma tendência a criar vínculos, pois isto lhe é inerente. Neste contexto, o sujeito busca desta forma uma maior ou menor estabilidade na relação com o parceiro. O casal segundo os autores apresenta componentes definidores que possam demarcá-lo como dotado de uma estrutura própria.

A partir do enfoque psicanalítico adotado pelos autores, podemos sinalizar que o casal, ao se desprender da família de origem, carrega consigo seus modelos parentais, como um modo de perpetuar-se no espaço-temporal, através do desejo de filiação e do desejo de constituir uma família, formando assim vínculos de aliança. Neste contexto, o fato de ter sido desejado pelos próprios pais atua como um modelo de identificação

Segundo Puget & Bereinstein (1994), existe uma contradição fundamental na constituição da conjugalidade, que é decorrente da dificuldade dos parceiros em aceitar a separação de seus próprios vínculos familiares. Nesse aspecto, o casal se vê diante de um sofrimento ocasionado pelo desprendimento dos seus vínculos parentais. Paralelamente ao desejo e à dificuldade de criar uma estrutura inédita, existe a árdua tarefa em transformar os modelos parentais para formar, então, uma nova unidade casal. Alguns casais, por exemplo, utilizam um modelo próprio,

recusando as representações dos modelos parentais. Por outro lado, existem casais que buscam o modelo antigo familiar, baseado na dependência e na continuidade vivenciados na infância, quando o novo, o inédito e o criativo apresenta-se como ameaçador.

É importante ressaltar que o casal é considerado a origem da família na sua evolução. Neste contexto, a necessidade de se situar nas origens dá lugar, no inconsciente do sujeito, a um tipo de mito bíblico. Neste sentido, cada um de nós é um Adão e uma Eva, ou seja, o casal que originou o nascimento do mundo. Segundo Puget & Bereinstein (1994), “o mito de origem é uma produção restitutiva” (p. 4). O vínculo casal é marcado, então, pelo encontro dos parceiros através do enamoramento e pode ser considerado um modelo ilusório, um mecanismo de proteção em relação ao processo que insere o sujeito na descontinuidade. Ao definir o casal matrimonial, os autores ressaltam que a relação diádica matrimonial deve ser diferenciada das relações diádicas não matrimoniais, pois existe a necessidade de se estabelecer parâmetros definidores para circunscrever o casal matrimonial. Os autores partem do princípio que todo sujeito apresenta uma disposição para constituir um vínculo casal, seja nos aspectos conscientes ou inconscientes, a partir de modelos socioculturais, que servem de acesso ao campo do que é proibido ou permitido.

A constituição do casal, segundo Puget & Berenstein (1994), é composta por três representações, a saber. A primeira considera a total dependência da criança em relação ao objeto que a ampara, que corresponde a estrutura relacional originária, referente ao narcisismo primário. A segunda é a representação do pai e da mãe onde a criança se encontra numa posição de exclusão. A terceira refere-se a uma representação social, onde estão inclusos no contexto familiar o pai, a mãe e o seu bebê que formam, então, a organização da estrutura familiar. Portanto, a criação do objeto casal compartilhado será o produto inédito da conjugação destes representantes de cada parceiro.

Os parâmetros definidores, embora oriundos do mundo sociocultural, apresentam uma marca no psiquismo do sujeito, cujo registro se encontra no psiquismo infantil, onde se incorpora o modelo de casal no imaginário da criança. Em busca do desenvolvimento de parâmetros definidores, Puget & Berenstein (1994) discutem sobre a peculiaridade do vínculo conjugal quanto à presença de

componentes constantes e de pressupostos de conduta. O primeiro parâmetro apresentado pelos autores é o da cotidianidade, que se refere à estabilidade temporal-espacial, caracterizada pelos intercâmbios diários, organizando o ritmo de encontros e não-encontros do casal e que serve como marco para a aquisição da identidade. Segundo os autores, a estabilidade do vínculo pode ser significada de diferentes maneiras. Por um lado, como vida equivalente ao predomínio de “Eros” e, nesta dimensão, a identidade do casal apresenta um suporte para o crescimento. Por outro, quando o domínio é “Tanatos”, o crescimento do casal mostra-se cerceado e os parceiros vivenciam sentimentos de tédio e de aborrecimento (PUGET & BERENSTEIN, 1994). Compreendemos, assim, que o modo como o casal busca alcançar a estabilidade é mais significativo do que a estabilidade propriamente dita.

O segundo parâmetro, o projeto vital compartilhado, constitui-se, então, na ação de unir e de re-unir representações de realizações e conquistas futuras. Neste contexto, o projeto vital do par conjugal é o de compartilhar um espaço vincular e o seu modelo paradigmático passaria pela criação de filhos, reais ou simbólicos. O terceiro parâmetro, por sua vez, faz referência às relações sexuais, pressupondo sua manutenção não limitada à atividade genital propriamente dita. O quarto e último parâmetro apresentado é o da tendência monogâmica, a qual pressupõe o relacionamento com um só cônjuge em conotação de preferência.

Ao redor dos parâmetros definidores, Puget & Berenstein (1994) afirmam que a relação do casal engloba a existência de um contrato que são os acordos e pactos inconscientes. Os acordos inconscientes são decorrentes de um tipo de conciliação entre os aspectos que são compartilháveis, partindo dos espaços psíquicos de cada sujeito, sendo resultantes do desdobramento e da tendência para unificar os funcionamentos psíquicos e vinculares. Os pactos inconscientes, apesar de reforçarem os acordos, tendem a especificar componentes diferentes, provenientes do espaço psíquico do que não é compartilhável de cada ego. “Compartilhar o incompartilhável obriga o ego a realizar uma série de concessões para, dessa maneira, pactuar, fazer o desejo do outro, colocando se em posição favorável” (PUGET & BERENSTEIN, 1994, p. 21). Mais adiante abordaremos o conceito de pacto inconsciente na visão de outros autores de forma mais específica.

Desta forma, as relações de contrato matrimonial podem ser compreendidas como uma incorporação por identificação, ou seja, um ego incorpora um determinado atributo do outro que passa, assim, a funcionar como próprio: o acordo é uma apropriação mútua e compartilhada e o pacto é uma troca de algo incompartilhável, por algo equivalente ao ego, ambos visando à manutenção do vínculo. Puget & Bereinstein (1994) demarcam no casal as pulsões de vida e morte, que implicam na realização ou não do casal, atribuindo às pulsões um valor significativo na relação amorosa. Para os autores, a plataforma inconsciente do casal é a base do psiquismo compartilhado na conjugalidade, constituída por uma conjugação de relações sujeito-objeto, consolidada por acordos e pactos inconscientes. Desta perspectiva, o alicerce inconsciente é o que sustenta a aliança conjugal, incluindo a dimensão afetivo sexual e o projeto comum compartilhado.

Ao discutir a organização inconsciente do casal, Eiguer (1985) propõe a existência de um mundo compartilhado, onde os parceiros intercambiam objetos inconscientes. Nesse contexto, o autor define o vínculo como uma superposição de duas relações de objeto, que têm como modelo de identificação a representação da interação do casal parental. É importante sublinhar que a escolha do parceiro não se faz completamente ao acaso, o inconsciente individual é ativado. Tal escolha tem um valor semelhante ao das formações de compromissos inconscientes, como o sintoma ou lapso. Desta maneira, a escolha é promovida pelo alívio econômico e age como mecanismo defensivo. Podemos, assim, estimar a importância desta escolha para a consolidação e a organização inconsciente do casal. A escolha do parceiro é, portanto, estruturante e organizadora, porque ao mesmo tempo em que evita o desprazer, proporciona ao sujeito uma saída possível. O encontro amoroso favorece, assim, uma possibilidade elaborativa e restitutiva sob o efeito da organização edípica que instaura a conjugalidade através da regulação do desejo, da proibição e da diferença sexual. A escolha amorosa é, pois, o ponto que demarca os contornos da conjugalidade. É a partir do encontro com o parceiro que as alianças inconscientes se formam e se entrelaçam formando o casal amoroso.

Magalhães (2003), ao referir-se aos estudos sobre a conjugalidade, enfatiza a estrutura dinâmica que se forma a partir das constituições individuais de ambos

os parceiros e do interjogo dinâmico inconsciente que se estabelece através da trama identificatória. Discutindo a constituição da conjugalidade, Dicks (1967) aponta três áreas em que os membros do casal se relacionam um com o outro. A primeira refere-se às expectativas mútuas, conscientes do relacionamento conjugal. A segunda designa se tais expectativas permitem a integração do casal ao seu meio cultural; e a terceira refere-se à ativação inconsciente de relações patogênicas passadas, internalizadas por cada cônjuge, levando à complementaridade de papéis que fica estabelecida entre os pares. As formações de compromisso do casal, através do cruzamento das suas relações objetais inconscientes, na maioria das vezes, manifestam um conflito em relação aos desejos conscientes e suas expectativas mútuas.

Partindo das propostas de Dicks, Kernberg (1995) amplia as grandes áreas de interação do casal dizendo que a capacidade para o amor sexual maduro se desenvolve em três áreas: 1) as relações sexuais reais; 2) as relações objetais consciente e inconscientemente predominantes; e 3) o estabelecimento de um ego conjunto.

O amor sexual maduro é definido por Kernberg (1995) como uma disposição emocional complexa, que integra várias dimensões: a excitação sexual transformada em desejo erótico por outra pessoa; a ternura, que se origina da integração das representações do *self* e do objeto investidas de libido; a agressão e a tolerância da ambivalência, que caracteriza todas as relações humanas; a identificação com o outro, que inclui tanto uma identificação genital recíproca quanto uma forte empatia com a identidade de gênero do outro; a forma madura de idealização, juntamente com um profundo comprometimento com o outro e com o relacionamento; e o caráter apaixonado da relação amorosa, em todos os três aspectos: o relacionamento sexual, o relacionamento objetal e o investimento do superego no casal.

A excitação sexual é um afeto vinculado desde o início à estimulação da pele e das aberturas corporais, concentrando-se gradualmente em determinadas zonas e orifícios, no contexto das relações objetais dos estágios pré-edípico e edípico do desenvolvimento. O anseio permanente de proximidade e estimulação física e entrelaçamento das superfícies corporais estão vinculados ao anseio de fusão simbiótica com o objeto parental e, pela mesma razão, com as mais

primitivas formas de identificação. A satisfação do bebê através de contato corporal íntimo com a mãe, pode ser vista como um relacionamento amoroso gratificante recíproco. O amor pela mãe acompanha o desenvolvimento de um mundo de fantasias primitivas de gratificação de anseios sexuais polimorfos.

Kernberg (1995), buscando a dimensão narcísica, explica que o bebê constrói um mundo internalizado de fantasias, experiências simbióticas excitantes e gratificantes que, eventualmente, constituem o núcleo dos anseios libidinais no inconsciente dinâmico. A falta de integração das relações internalizadas “totalmente boas” e “totalmente más” conduz a uma primitiva idealização nas relações amorosas que leva facilmente ao conflito e a destruição do relacionamento. Uma relação que não tolera a ambivalência pode ser destruída pela incidência de qualquer agressão no relacionamento. Assim, a relação amorosa torna-se frágil e insatisfatória, não permitindo uma mútua identificação.

Kaës (2014) parte do princípio de que todas as experiências psíquicas se formam no encontro entre o espaço psíquico intersubjetivo entre os sujeitos. Nesta direção, sinalizamos que cada sujeito se vincula a outros sujeitos do inconsciente, através deste espaço criado. O espaço psíquico transubjetivo engloba os sujeitos pertencentes a uma cultura e suas relações sociais.

Cabe acrescentar que as alianças inconscientes desempenham seu papel na formação inconsciente no espaço intrapsíquico do sujeito, mas também nos processos em que o sujeito reconhece o seu “eu”. Freud (1925/1969), no texto “A Negativa”, discute a origem do julgamento intelectual, enfatizando que as funções de negação e de afirmação são derivadas das pulsões orais, tornando-se imprescindíveis na delimitação das fronteiras do eu /não eu. O juízo da atribuição é dirigido pelo “eu” prazer e regido pelo prazer-desprazer, quando o que é considerado prazeroso é incorporado e o que é julgado desprazeroso é expulso. O juízo de existência, comandado pelo “eu” realidade e posterior ao juízo de atribuição, irá decidir se algo que existe no inconsciente também existe na realidade. A esse respeito, Garcia (2010) acrescenta que o trabalho do negativo, representado pelo símbolo da negação, dá ao sujeito o acesso à linguagem. Podemos dizer que através do efeito do trabalho do negativo nas suas manifestações - expulsão, recalque, alucinação negativa e negação se constroem os limites dentro/fora e os limites intrapsíquico.

Na linha destas ideias, alguns autores argumentam que o casal amoroso se constitui sobre o distanciamento parcial das fronteiras do eu de cada um dos parceiros, sob o efeito dos processos de idealização de clivagem do eu e de identificação. Green (2009) afirma que o trabalho do negativo, como expulsão do desprazeroso, permite a criação de um espaço interno em que o “eu” é fundado no estabelecimento de ligações relacionadas às primeiras experiências de satisfações que possibilitam o reconhecimento do objeto como separado do “eu”, no espaço “não-eu”, bem como o seu reencontro. Neste espaço psíquico, ocorrem as trocas entre a díade da primeira relação amorosa, a mãe e o bebê.

Na formação do casal, analogamente, ocorre uma relação fusional que se instala entre os dois parceiros, dois “eus”, formando uns “nós”, termo descrito por Lemaire (1988). Correa (2013), partindo da premissa freudiana e em concordância com os autores Green (2009) e Garcia (2010), reafirma que a constituição do casal amoroso ocorre através do apagamento parcial das fronteiras, do eu de cada parceiro, em função de processos de idealização, clivagem e identificação, ocorrendo a fusão e a dificuldade em diferenciar-se um do outro. A autora reafirma as ideias formuladas por Green (2009) referindo-se à existência de um espaço diferenciado entre o “eu” e o “não eu”, que permite que ocorram as primeiras trocas na relação amorosa. Kaës (2011) acrescenta que este espaço, representado por “estar na subjetividade”, é uma condição constitutiva do sujeito. A dimensão narcisista na escolha amorosa é vista, assim, como fundamental, pois trata-se de uma projeção do ideal do eu do sujeito, num movimento de completa identificação.

Correa (2013) considera o estado amoroso do casal como um processo gestacional, onde cada parceiro espera do outro o papel maternal, uma mãe que o ampare e que lhe seja de dedicação exclusiva e sem necessidades próprias. O estado simbiótico propicia a fantasia de partilhar um corpo e um psiquismo comuns, ou seja, a formação de um objeto-casal-ideal. De acordo com a autora, “o fantasma de engendramento recíproco” do casal conjugal estaria vinculado à fantasia simbiótica com a mãe” (CORREA 2013, p.34). Nesta dimensão, tais fantasias são dotadas de onipotência e ao mesmo tempo podem ser vistas como paradoxais, pois visam à realização do desejo, de forma a refazer o mesmo percurso da infância. Neste sentido, busca-se um mecanismo de proteção como

forma ideal contra as decepções e traumas. Dessa maneira, o casal conjugal se constrói sobre uma organização defensiva, respeitando o que foi definido como contrato inconsciente. Podemos dizer que cada par conjugal cria a fantasia inconsciente de que o outro possui a chave que irá ajudá-lo a enfrentar suas angústias relacionadas à parte indiferenciada e oculta da sua personalidade.

Quando o casal se constitui, cada parceiro é objeto de investimento pelo outro, da ordem das pulsões e das representações inconscientes (pulsões orais, anais e genitais). O Édipo, a cadeia geracional e as alianças inconscientes interferem no processo de formação do casal. O estado amoroso pode ser visto como um espaço contínuo, coberto de idealizações, formando o vínculo que dá origem ao acasalamento. Sendo assim, o “eu ideal” do casal é formado a partir de uma construção comum dos parceiros envolvidos onde não se admitem as diferenças (CORREA, 2013).

Em outro aspecto, a autora valoriza a vida sexual do casal que é permeada por aspectos conscientes e inconscientes da família de origem, com as suas configurações narcisistas e edipianas. A escolha do objeto amoroso, é marcada pelo inconsciente, considerando os aspectos da história geracional, incluída no circuito das pulsões. O casal é dotado de um vínculo próprio, que favorece a realização de sua sexualidade, proibida no espaço familiar, através do interdito sexual. O vínculo na sua natureza sexual e afetiva é permeado por várias alianças inconscientes.

Kaës (2014) aponta como sendo condição e também consequência da sexualidade, as configurações que constituem o conteúdo psíquico das alianças, sendo estas centrais na formação do vínculo casal. A relação amorosa está ancorada, portanto, sobre acordos e pactos inconscientes que vão formar o inconsciente do casal. Esses acordos são tributários de relações que cada sujeito vivenciou em sua própria família e são constituídos pela imprevisibilidade do encontro com o outro. O acordo amoroso é visto, assim, como um reencontro de um pacto narcísico perdido, mas que não se fundamenta somente sobre o narcisismo e sua incompletude ilusória. A constituição do casal é baseada na necessidade do acordo comum das zonas de indiferenciação do imaginário, mas também de espaços e de objetos compartilhados.

Alvarenga (1996) considera o casal como uma nova aliança, dotada de propriedades específicas, que se mantém em uma relação dinâmica entre seus membros. Os cônjuges formam uma união constitutiva da identidade psíquica do casal, englobando o *self* de cada parceiro, criando uma estrutura nova e única. A identidade conjugal favorece o desenvolvimento das metas de cada parceiro como indivíduo, na sua alteridade e como entidade formada casal. Nesse sentido, a relação conjugal permite que a cada membro se modifique na sua individualidade através de influências mútuas.

Magalhães (2003) ao referir-se à construção da conjugalidade considera que a sua instauração se dá no momento da escolha amorosa e pode ser considerada como uma repetição de um encontro amoroso marcado pela interdição. Os sentimentos infantis são reavivados no momento da escolha amorosa, ficando estabelecida a trama identificatória do casal que envolve sentimentos, emoções e fantasias, ideais e expectativas e projetos compartilhados. Nesta dimensão, conjugam-se aspectos conscientes e inconscientes dos parceiros envolvidos. A conjugalidade pode ser compreendida, assim, como o entrelaçamento de dois “eus”, de duas subjetividades, que irão constituir um terceiro eu, formando uma identidade compartilhada. Os modelos parentais das famílias de origem dos parceiros formam a base do entrelaçamento do casal conjugal. Na constituição da identidade compartilhada, nasce o ideal de um projeto conjugal, um projeto de vida familiar, marcado pela herança psíquica conjugal.

Eiguer (1995) aponta a conjugalidade como um vínculo de aliança inconsciente. A escolha de objeto, feita através de um modelo dos objetos internos dos parceiros e da ilusão amorosa, estreita o vínculo entre os membros do casal. O casal engloba um mundo compartilhado, onde os parceiros intercambiam objetos inconscientes, e o autor define o vínculo como uma superposição de duas relações de objeto que têm como modelo de identificação a representação da interação do casal parental. A escolha do objeto organiza o psiquismo familiar e a partilha dos objetos no plano inconsciente, constituindo o mundo interior do casal. Assim, a constituição da conjugalidade se dá a partir da reatualização da trajetória edipiana dos parceiros e do compromisso inconsciente que sustenta a escolha amorosa. A conjugalidade é marcada pela reedição, pela redescoberta do amor infantil e pela

valorização da restituição simbólica atribuída ao encontro amoroso. A busca do amor possível, reconciliando o desejo, a angústia de castração e a identificação, é considerada equivalente às formações de compromissos inconscientes.

3.2

As alianças, pactos e acordos inconscientes

Na concepção de Kaës (2014), a relação amorosa está ancorada sobre os aspectos que formam o núcleo inconsciente do casal. Estes acordos também são originários das relações parentais que ambos os parceiros vivenciaram com suas respectivas famílias de origem. Os acordos amorosos são constituídos a partir do caráter imprevisível do encontro com o outro. Neste contexto, o autor explica que a existência do “outro” na relação conjugal não pode ser reduzida à posição de um duplo narcísico ou de objeto nas relações objetais. Desse modo, o não acaso implicaria em uma repetição, apenas para substituir os primeiros objetos de amor e para a manutenção da ilusão da não separação. Podemos ressaltar que na formação do casal, os parceiros envolvidos buscam diferenciar-se num processo recíproco e contínuo, buscando preservar suas subjetividades. Dessa forma, o acordo amoroso é visto como um reencontro de um pacto narcísico perdido, mas que não se fundamenta somente sobre o narcisismo e sua incompletude ilusória.

Na constituição do casal, entretanto, existe a necessidade de um acordo, comum ou incomum, das zonas consideradas indiferenciadas que pertencem ao imaginário de cada um, mas também dos espaços e objetos compartilhados próprios de cada parceiro. Desta maneira, a relação do casal se constitui através de uma configuração específica. Kaës (2014) aponta como sendo condição e também consequência da sexualidade, as configurações que constituem o conteúdo psíquico das alianças, sendo estas consideradas centrais na formação do vínculo casal. O conceito de aliança inconsciente especifica-se através de um campo próprio. Neste contexto podemos dizer que os processos das alianças internas estão entrelaçados nas alianças das relações, de tal forma, que alguns dos seus conteúdos, seus objetos, e metas permanecem inconscientes aos sujeitos vinculados nessa aliança. O autor valoriza o conceito de alianças e as descreve como pertencentes a uma dimensão antropológica, cuja finalidade varia

dependendo do tipo de civilização, do contexto histórico, das sociedades em geral e das configurações das relações humanas. Entretanto, todas as relações trazem na sua formação, independentemente do caráter religioso, político ou do tipo de relação, uma dimensão onde as áreas obscuras referem-se ao desconhecido, a incerteza, ao enigmático, que, por sua vez, se sobrepõem ao que é manifesto.

Assim, a aliança matrimonial não possui as mesmas características em todas as sociedades e depende dos contextos históricos. As estruturas e funções familiares sofreram uma evolução com garantias jurídicas que passaram a regular os contratos matrimoniais. A palavra aliança pode ter várias designações tais como aliar, vincular, criar laços. Já o termo relação emerge para designar um compromisso que possa representar, então, uma configuração vincular. O objetivo das alianças inconscientes é o de assegurar os investimentos vitais para a manutenção da relação e dos seus membros, exigindo uma reciprocidade de investimentos narcísicos e objetivos, e para a constituição de mecanismos de defesa para lidar com os diversos aspectos da vida psíquica individual e coletiva. Tais objetivos podem ser comuns em relação ao grupo ou diferentes para cada sujeito que forma a aliança, conforme propõe Kaës (2014). De acordo com o autor, todas as configurações das relações que envolvem grupos, famílias, casais e as instituições, ou seja, as alianças inconscientes, se estabelecem a partir da “vedação” dos inconscientes dos sujeitos que fazem um acordo para a formação destas alianças. Entretanto, as alianças são inconscientes na medida em que estão submetidas aos processos que constituem o sujeito.

Buscando esquematizar os tipos de alianças inconscientes dotadas de funções estruturantes no psiquismo do sujeito, Kaës (2014) classifica, inicialmente, dois tipos: a aliança do tipo primária e a do tipo secundária. Estes dois tipos de aliança, considerados num primeiro momento, se constituem por um conjunto de funções necessárias à formação do psiquismo. A terceira aliança inconsciente, considerada pelo autor, apresenta um caráter defensivo e possui efeitos alienantes e são indicadores patológicos. O quarto e último tipo de aliança é constituído por alianças ofensivas cujo objetivo é impor um projeto criativo ou destrutivo.

Para o autor, as alianças inconscientes primárias se estabelecem no início de todas as relações, tais como na relação mãe-bebê, relação de casais, relação

entre gerações e, ainda, nas relações de grupos, representando, assim, a base da vida psíquica na intersubjetividade. As alianças de afinação primária fazem parte deste grupo e são marcadas pela relação mãe-bebê. Neste contexto, a prematuridade biológica do recém-nascido requer proteção e cuidados especiais. Dessa maneira, os investimentos de prazer, sofrimento e proteção formam as relações de afinações onde as trocas recíprocas formam o tecido relacional primário. Através destas relações permeiam as trocas de experiências sensório-motoras, as emoções e os primeiros significantes sobre os quais se apoiarão as pulsões e as estruturas cognitivas, a capacidade de sonhar e de alcançar proteção. Neste sentido, a maioria dessas experiências são inconscientes e outras existem sobre o efeito do recalcamto, em especial o materno. Nesta dimensão, podemos dizer que é a partir da relação mãe-bebê que se constitui a matriz dos interditos e do recalcamto, e da rejeição ou da negação, envolvendo as trocas da díade. Neste espaço marcado pela reciprocidade ocorre a formação do inconsciente do bebê.

Vale sublinhar que as alianças de afinação são consideradas recíprocas e assimétricas formando um espaço entre a mãe e o bebê, onde são compartilhados o prazer e a ilusão criadora e correlativamente, as alianças de amor e ódio. As alianças de prazer-desprazer compartilhado e de ilusão criadora estão presentes em toda relação e apontam para uma insatisfação mútua, ou seja, uma expectativa frustrada. Quando tais alianças se instalam na relação mãe-bebê, ocorre uma extrema desafinação dos investimentos narcísicos e libidinais e, quando prolongadas, se estabelecem como alianças patológicas, através das relações sadomasoquistas na fase adulta. As alianças de prazer compartilhado e de ilusões vivenciadas em conjunto caracterizam a experiência de um bebê que é suficientemente bom e corresponde às expectativas maternas, e a mãe, por sua vez, também se vê como suficientemente boa e tem o reconhecimento do pai. Com base nestas experiências, tais tipos de aliança garantem a continuidade dos investimentos narcísicos entre “sonhos e desejos irrealizados”. Isso sugere o lugar que o bebê deverá ocupar no imaginário dos pais, o que implica em corresponder aos desejos dos pais, mas, ao mesmo tempo encontrar-se num duplo aspecto do seu próprio narcisismo, que o coloca como sucessor da cadeia geracional. Este tipo de aliança foi conceituado por Aulagnier (1979) por “contrato narcísico” que

tem por característica vincular todo sujeito a um grupo, ao qual ele pertence e no qual cria o seu lugar.

No segundo tipo de alianças estruturantes, estas são nomeadas como secundárias e são formadas pelos contratos e pelos pactos fundados nas leis e nos interditos fundamentais. Dentre elas, identificaremos o pacto fraternal, a aliança como pai simbólico e o contrato de renúncia da satisfação direta dos objetivos pulsionais, em especial os destrutivos. Vale sinalizar que estas alianças dizem respeito primeiramente às relações sexuais e às relações entre as gerações. Neste sentido, podemos dizer que tais alianças envolvem o primeiro laço na forma de recalque, os aspectos reprimidos, a negação e os aspectos negados. Nessas alianças também estão inseridas as formas mais primitivas dos ideais e do superego propriamente dito. O processo de sublimação é a característica básica neste tipo de aliança, pois se inscreve em um duplo campo; o campo da ordem da pulsão e o da intersubjetividade, que estão estreitamente relacionados. A sublimação é um mecanismo que envolve o deslocamento da pulsão para fins não sexuais. Neste sentido, surge um prazer específico, e sob o efeito da exigência social, o sujeito se inscreve na intersubjetividade. Podemos dizer, então, que o mecanismo de sublimação exige do sujeito um trabalho psíquico que é imposto pelo campo intersubjetivo. Essa ligação estrutural tem sua origem na relação mãe-bebê e corresponde para a criança à representação da função paterna e do grupo ao qual ela pertence.

O terceiro tipo de alianças descrito por Kaës (2014) corresponde às alianças defensivas que participam de funções defensivas, como os pactos denegativos, fundamentados sobre o recalque neurótico. Nesse sentido, o pacto se apoia na ideia de “contrato narcísico” descrito por Aulagnier (1979) e possui uma dupla função. Sendo assim, sobre determinado aspecto, o pacto atua na organização do vínculo e, em outro aspecto, atua de forma defensiva na relação, sendo que ambos constituem o acordo inconsciente para a formação e manutenção da relação do casal.

Dessa forma, Kaës (2014) valoriza as alianças como defesas inconscientes que se formam através do “pacto denegativo” e que operam na formação do vínculo casal. A ideia de um pacto denegativo, proposta pelo autor, aponta um modelo para a constituição da vincularidade grupal e familiar. O pacto denegativo

consiste, portanto, em um tipo de aliança inconsciente que se impõe entre os laços intersubjetivos e se relaciona com o negativo em suas várias formas. Neste sentido, é através do efeito de uma aliança inconsciente que se caracteriza o pacto denegativo e para a sua formação são necessárias duas condições: a primeira refere-se à mobilização das fantasias e identificações inconscientes que constituem o encontro amoroso, e a segunda refere-se ao estabelecimento de uma realidade psíquica “comum e compartilhada”, mesmo que seus investidores não se envolvam no sentido de uma relação durável. O conceito de pacto denegativo, proposto pelo autor, é uma produção inconsciente, necessária para a formação e manutenção da relação intersubjetiva.

O pacto denegativo segundo Kaës (2014) é uma aliança inconsciente e situa-se no ponto nodal das relações que são mantidas pelos sujeitos e pelo grupo, através das quais se encontram ligados como parte constituinte ou como parte que os constitui, ou seja, por um mecanismo de trocas. Desse modo, o que caracteriza este pacto é o estabelecimento de um mecanismo psíquico para garantir as necessidades defensivas dos sujeitos na relação conjugal e sua manutenção. O autor aponta sua função metadefensiva para cada um dos sujeitos envolvidos na relação. Dessa maneira, o pacto denegativo tem um papel de intervir na resolução de conflitos intrapsíquicos e conflitos atravessados pela configuração relacional dos sujeitos. Finalmente, o último grupo de alianças inconscientes, proposto por Kaës (2014), corresponde às alianças ofensivas que se formam através da coalizão organizada perante um ataque contra o outro ou mais de um outro, com intuito de exercer uma influência de dominação ou destruição.

As alianças inconscientes estão presentes na base de todas as relações amorosas e se formam a partir do encontro do inconsciente de cada parceiro, exercendo funções estruturantes e defensivas. Sobre essas alianças, são confeccionadas as realidades psíquicas na relação, por um lado, e a realidade psíquica inconsciente dos sujeitos e a relação, por outro. O recalçamento inscreve-se, assim, na relação entre a criança e a mãe, operando como agente repressor, representante da função paterna. Através da função paterna, formam-se por introjeção as “instâncias psíquicas superiores” do superego e dos ideais.

Ao propor a formação das alianças inconscientes, Kaës (2014) parte do pressuposto que os processos identificatórios comuns e compartilhados são

ativados na relação amorosa. Os sujeitos buscam um pacto de aliança através de um duplo movimento identificatório. O que é percebido precede a linguagem e, o que é identificado em relação ao psiquismo do outro permanece inconsciente. Sobre esta base, os parceiros se identificam através de um traço que lhes é comum. Podemos dizer que este traço mútuo se apresenta como um elo, que é fonte de prazer, em ambos os espaços psíquicos. Neste contexto, ao lado de traços psíquicos que os parceiros apresentam como próprios e comuns, emergem outras formações comuns e compartilhadas sob o efeito das identificações.

Kaës (2011) sinaliza que Freud (1921), quando se refere às identificações comuns e compartilhadas entre os sujeitos na dimensão grupal ou familiar, admite a existência do vínculo libidinal. As identificações mútuas podem ser consideradas condições e resultados das alianças entre os sujeitos. As identificações se constituem a partir de diferentes registros, tais como: narcísicas, imaginárias, objetais, simbólicas ou edipianas. Elas possuem funções que são realizadas a favor das alianças, dentre as quais, a experiência básica de segurança, a realização de desejos, a aceitação de interditos e proibições, o reforço de defesas ou o facilitador das transgressões. Nesse contexto, a relação amorosa só existe através das alianças inconscientes, partindo-se da premissa que “o sujeito do inconsciente se constrói através de alianças inconscientes” (Kaës, 2014, p. 49).

Baseados na concepção freudiana, Pincus e Dare (1981) afirmam que os desejos não realizados ou sentimentos dolorosos presentes na história do sujeito tendem a reaparecer na conjugalidade, através do mecanismo de identificação projetiva. Neste sentido, os aspectos indesejados de si são projetados no parceiro. Na conjugalidade, devido à intensidade do laço afetivo, a identificação projetiva torna-se um mecanismo central. Cabe insistir que a conjugalidade é constituída a partir das motivações, pactos e acordos inconscientes baseados nas necessidades mútuas dos cônjuges. Na conjugalidade, então, os parceiros revivem padrões de interação familiar e elaboram experiências infantis, podendo construir soluções criativas para antigos conflitos ou repetir experiências não elaboradas.

Pincus e Dare (1981) afirmam que cada estágio da vida emocional infantil é determinado por fortes anseios de relacionamento com o outro. A fase edipiana corresponde à situação triangular de significado mais importante para o desenvolvimento da personalidade infantil. As grandes mudanças que ocorrem na

infância durante este período também são percebidas na família. A capacidade da família com relação à aceitação da mudança do padrão relacional dual (mãe-filho) para uma relação triangular (pai-mãe-filho), bem como do estilo, da forma, da qualidade da vida familiar, é determinada por dois fatores: as experiências dos pais relacionadas às suas próprias vivências infantis e a natureza do relacionamento conjugal.

Na fase edípica, pais e filhos encontram-se imersos em conflitos de origem incestuosa. Os desejos incestuosos geram sentimentos intensos e segredos significativos. A curiosidade sexual e o despertar sexual da criança, aliados a sentimentos e fantasias, inserem-na no complexo de Édipo. O conjunto de sentimentos, baseados no amor, ódio, ciúmes, rivalidades, desejo sexual, expectativas e medos originários da fase edípica, constitui a fonte mais rica do “segredo”. Os segredos estariam ligados às fantasias e oferecem o fundamento para a escolha do cônjuge. Apesar de o percurso edipiano ser marcado por conflitos vivenciados de forma intensa pela criança, ele se torna essencial para o desenvolvimento da capacidade de se relacionar afetivamente. Nesta dimensão, é o amor responsivo dos pais na fase edípica que moldará a habilidade de dar e receber amor na fase adulta. A fase edípica do desenvolvimento infantil é considerada, assim, de extrema importância para o entendimento dos casamentos e histórias familiares.

3.3

A formação dos vínculos nas relações familiares

A formação dos vínculos familiares é abordada por vários autores e envolvem aspectos diferenciados. Neste sentido, relacionam-se a um conjunto de teorias que fundamentam a constituição da família e da conjugalidade. A noção de vínculo é definida por Puget & Berenstein (1994) como similar a intersubjetividade, pois envolve a presença de dois “eus” vinculados. O termo vínculo significa união de uma pessoa a outra. A definição proposta pelos autores sugere uma estabilidade na relação conjugal. Neste sentido, toda relação conjugal pode estar relacionada à fantasia de estabilidade no tempo e no espaço. A definição de estrutura vincular está presente em dois modelos teóricos cujas

origens mostram-se convergentes. O primeiro refere-se à antropologia estrutural e à psicossociologia e o segundo tem sua origem na psicanálise e refere-se à teoria do aparelho psíquico.

De acordo com Puget & Bereinstein (1994), na estrutura vincular conjugal, podemos diferenciar dois tipos de representações. A primeira é descrita pelos autores como o espaço que corresponde ao macro contexto social e a segunda refere-se ao complexo de Édipo propriamente dito. Neste contexto, é importante ressaltar que ambas são norteadas pelo desejo e pela incidência das leis que se fazem presentes, com qualidades diferenciadas. A representação social, por sua vez, predispõe os sujeitos a um modelo de relação familiar e conjugal, mediante o registro da inscrição que diz respeito às leis do parentesco e da continuidade histórica. Neste contexto, a representação social e o desejo inconsciente se conjugam e propõem outras posições que irão determinar as escolhas de objeto. O vínculo conjugal na qualidade de representação sociocultural apresenta especificidades quanto às prescrições e proibições. Os casais para formarem o vínculo conjugal deverão estar dispostos a inserirem nestas representações.

A formação dos vínculos familiares se fundamenta a partir do conceito sobre os vínculos. Segundo Puget & Berenstein (1904), a diferença entre vínculo e relação intra-subjetiva é que o desejo, nesta última, circula de forma unidirecional, ou seja, há um ego desejante de um outro, mas que atua como objeto intrapsíquico. O outro ego, externo ao aparelho psíquico do sujeito, ocupa um lugar de demanda do desejo com o outro externo, mas não possui uma ação desejante. O vínculo só existe mediante a presença de um referencial externo. Ele é originário de uma dupla direção, pois ambos os egos são ao mesmo tempo ou sucessivamente (pacto, acordo) o lugar do desejo e o da realização do desejo do outro. O reconhecimento da parte do que se deseja do outro está relacionado com o que é externo ao vínculo.

Dessa forma, a estrutura conjugal é marcada pelo desejo e pelo componente emocional. O desejo do ego é realizado mediante a operação do outro. O ego é descrito pelos autores como a fonte do desejo e o outro é designado como objeto que opera na realização do desejo do ego. Dessa forma, na estrutura conjugal cada ego pode ocupar o lugar do desejo ou da ação correspondente a este desejo. Podemos sinalizar que todo vínculo tem sua característica bidirecional,

onde ambos os sujeitos serão fonte de desejo e de objeto desejado. “Os dois terão de ser, alternativamente, fonte de desejo e objeto desejado e de ação um para o outro” (PUGET & BERENSTEIN, 1994, p. 22).

A constituição de um vínculo é baseada no pressuposto teórico de que o sujeito, desde o seu nascimento, forma para si uma representação de seus vínculos, a partir das primeiras formas de interação com o outro. A primeira modalidade considerada por Puget & Berenstein (1994) é a representação do mundo através de um modelo corporal que precede a comunicação por meio da linguagem. Neste contexto, é importante sinalizar que o contato corporal é primariamente estabelecido através dos órgãos sensoriais, sendo a base para a sustentação do vínculo. Entretanto, este componente corporal é destituído da linguagem e corresponde ao composto imagem-emoção-sentimento. Podemos dizer, então, que são recortes da presença do outro, externo ao próprio ego, percebidos pelos órgãos sensoriais, cuja imagem é tomada para si. Este componente é designado pelos autores como uma representação de vínculo em um “nível originário” e se caracteriza pelo que não é transmitido através da palavra.

Nesta concepção, portanto, o ego se imagina relacionado a um outro, sem a perspectiva de continuidade e numa dimensão fusional, onde não reconhece os seus próprios limites e os do outro. Neste sentido, podemos equiparar a dimensão do ego a uma sensação oceânica num sentido restrito de serem um só. A falta do intercâmbio neste modelo faz emergir determinados tipos de angústias provenientes da perda de limites com um outro ou angústia de solidão, que tem sua origem na falta de contato que é interceptada pela falta de comunicação.

A outra modalidade vincular, proposta pelos autores, é decorrente do reconhecimento da existência de um outro e se relaciona ao que “o ego deseja que o outro seja” (PUGET & BERENSTEIN, 1994, p. 23). Em outras palavras, é uma construção baseada numa fantasia a respeito do outro e, segundo os autores, corresponde a uma representação de vínculos no nível “fantasmático”. O outro, então, é uma representação fantasiosa como bom ou mau, baseado no investimento fantasmático e no psiquismo de cada um. Quando esta qualidade é mantida, o registro da presença do outro pode quebrar a estrutura da fantasia, sendo então vivido como um referencial a si próprio, ou seja, o ego externo estaria a serviço do próprio ego de forma exclusiva ou contrária.

O terceiro nível de modalidade, o “ideativo”, está baseado no intercâmbio de palavras e tem como eixo o paradigma da comunicação. Neste caso, podem ocorrer os mal-entendidos em relação ao que é dito entre os parceiros. O casal se constitui através da construção de uma representação de objeto-casal compartilhado, onde se apresentam mescladas às modalidades anteriormente mencionadas e também através das representações do objeto-casal de cada parceiro. Em determinadas trocas ou intercâmbio entre os parceiros ocorrerá a predominância de uma modalidade, imprimindo um registro ao objeto-casal compartilhado. É importante ressaltar que o objeto-casal é constituído desde o nascimento do sujeito, através das diversas constelações vinculares, quando o ego infantil é colocado em diferentes posições. Neste contexto, nos primórdios da infância, numa condição narcísica, o sujeito estabelece um vínculo dual, complementar com o objeto parental, que está ancorado por um outro representado.

A outra posição contemplada pelos autores é quando a criança se vê excluída do vínculo que é formado entre o pai e a mãe. Esta terceira constelação refere-se ao conjunto pai e mãe, inseridos no macro contexto cultural e que através do estabelecimento das leis de funcionamento da família e do casal permitem estabelecer critérios de conduta. Neste sentido, é permitido à criança conhecer o papel de esposa ou esposo no ambiente familiar através da representação. Por outro lado, os adultos vivenciarão uma experiência inédita, pois irão atuar como casal de forma definitiva se distanciando da ilusão de terem participado da relação dos pais. Seguindo neste modelo, os autores acrescentam que através do estabelecimento do vínculo do casal, os parceiros experimentam a primeira desilusão, que corresponde ao reconhecimento da exclusão da relação dos seus pais. O casal quando se constitui perde, então, os outros vínculos, pois os segredos do ato sexual simbolizam o que não é conhecido. Podemos dizer, assim, que na passagem da endogamia para exogamia, o casal deverá ter a capacidade de formar um vínculo inédito e o desejo em perpetuar no conhecido implica, então, no fracasso conjugal. Dessa maneira, os vínculos conjugais visam a uma continuidade através dos modelos parentais. Na constituição do casal, os parceiros não deverão impor, então, ao outro, o que foi assimilado, como modelo de casamento dos pais. A ordem estabelecida, através do modelo familiar visto na

infância, impede o crescimento mútuo do casal no sentido de criar uma estrutura inédita, quando ambos deverão ser participantes ativos da relação conjugal. A experiência inédita dos parceiros adquire, então, um modelo próprio de relação conjugal em que são diluídas as experiências assimiladas referentes ao casamento dos pais.

Puget & Berenstein (1994) discutindo o casal apontam a dificuldade dos parceiros em reconhecer as características presentes no outro. Nesta dimensão, torna-se um desafio a criação de um espaço conjunto, onde coabitam a dimensão do outro que é causadora de sofrimento e, por outro lado, a presença de aspectos prazerosos do outro que ocasionam o bem-estar. Podemos dizer, entretanto, que este espaço compartilhado, no qual o casal se constitui, apresenta-se como continente e é fonte de soluções inovadoras e criativas. Neste contexto, outro aspecto que é importante sinalizar corresponde ao propósito de não levar em consideração o outro. O apagar ou negar o outro exige um esforço do aparelho psíquico que corresponde ao trabalho do negativo. Desse modo, o parceiro se retrai na sua representação objeto-casal através do modelo narcísico e da censura, exprimindo, assim, a negação da existência do outro. Assim, através do interjogo do reconhecimento do outro como parceiro na sua alteridade e da sua negação emerge um espaço compartilhado. O sujeito não outorga ao outro-objeto sua condição de ego desejante e se apresenta apenas como receptor de seus desejos amorosos e hostis.

Eiguer (1995) busca a concepção freudiana para explicar a origem dos vínculos familiares partindo do pressuposto de que os investimentos narcísico e libidinal são a base para a formação dos vínculos nas relações de grupo, família e casal. Nesta dimensão, os vínculos se formam a partir de dois tipos de relação: as relações narcísicas e as relações objetais. O vínculo narcísico, com predominância do investimento narcísico, é encontrado em todas as relações humanas e tem a contribuição de cada membro. O vínculo libidinal de objeto, com predominância do investimento libidinal de objeto, atua de modo conjugado e articula-se entre os membros através do processo de identificação ou interação. Os dois vínculos contribuem para a solidez e a permanência no grupo. Neste sentido, existe uma identidade que é própria de cada configuração vincular que envolve o inconsciente grupal.

Kaës (2011) utiliza a noção freudiana de aparelho psíquico para explicar o trabalho psíquico mobilizado pelo grupo, propondo, assim, o modelo do aparelho psíquico grupal. Este aparelho opera entre os sujeitos que o constituem e refere-se a uma construção comum e compartilhada em um grupo, família ou casal. Desta forma, realiza um trabalho que lhe é próprio, quando liga, reúne e coloca em acordo o que é comum ao grupo, mas, por outro lado, coloca em conflito as partes do psiquismo do sujeito que são, assim, mobilizadas quando o grupo é constituído. O autor esclarece que o aparelho psíquico grupal não pode ser referido a uma extrapolação do aparelho psíquico do sujeito, mas apresenta-se dotado de uma organização e funcionamento que lhe são inerentes. Os processos tributários da realidade psíquica comum e partilhada são originários de uma lógica diferente daquela que governa o sujeito. Podemos dizer que a realidade psíquica do grupo não pode ser resumida a cada sujeito em particular e nem a dos vínculos intersubjetivos estabelecidos no grupo. Neste sentido, a realidade psíquica de cada sujeito é, assim, atravessada pelo grupo.

Para Eiguer (1995), em toda relação humana o narcisismo tende a “união”, que anula o limite entre os indivíduos, ultrapassando o espaço individual. A relação humana resulta, então, do narcisismo primário, que atua de forma dinâmica na busca do seu semelhante. Neste contexto, os laços narcísicos, apesar de compartilharem da consolidação grupal, diferenciam-se dos vínculos objetivos, por sua tendência à uniformização. Correspondem, portanto, à identificação do ego com o idêntico e à sua eterna busca no sentido fantasmático. Desta perspectiva, os vínculos objetivos são vistos como uma identificação do outro inconsciente com o outro real, entre os objetos internos e externos. É através do pré-consciente partilhado e do saber dos significados que se estabelece o acesso aos gestos e à linguagem, ou seja, sujeito se reconhece na relação com o outro.

Avançando nesta discussão, Eiguer (1995), com base nas pesquisas da interação-mãe-bebê, aponta a importância do papel materno como molde da psique do bebê, objeto a quem se encontra vinculado desde o início da vida. Na comunicação da díade ocorrem dois processos que se conjugam. O primeiro compreende a precocidade das competências do recém-nascido e o segundo engloba a sensibilidade do bebê diante das reações emocionais maternas, de tal forma que as mínimas discrepâncias no investimento da relação são intensamente

sentidas pelo bebê. A relação mãe-bebê favorece o investimento do objeto como criador do funcionamento psíquico da criança.

Eiguer (1995) aponta ainda para a importância do aspecto narcísico dessa troca, estando os dois membros da díade suspensos em uma relação vínculo de espelho. O papel da mãe pode ser compreendido como apoio, mas também como excitação. O autor descreve o nível da fantasia e o das pulsões referindo-se ao objeto, e o nível narcísico referindo-se ao espaço onde se vivência a relação mãe-filho, ou seja, a experiência ilusória. Este espaço não ocupa somente o lugar da fantasia, mas envolve uma atividade conjunta que permite que ambos possam partilhar a imaginação e a criatividade.

Alvarenga (1996), discutindo as ideias de Eiguer, acrescenta que o vínculo é definido como uma superposição que engloba duas relações objetais, que têm como reflexo o vínculo estabelecido na relação mãe-bebê. Neste contexto, as experiências infantis são marcadas pela presença do seio materno, o objeto externo, que atua como suporte necessário à formação do eu e dos objetos internos. A ideia de uma Gestalt proposta por Eiguer aponta que tanto a mãe como o bebê oferecem um suporte psicológico recíproco, criando, dessa forma, uma ilusão de continuidade. Na relação entre a mãe e o bebê, este se apropria do seio materno como parte de si mesmo e a mãe, por outro lado, lhe oferece o seio que lhe pertence. O psiquismo da mãe e do bebê formam, portanto, uma unidade interativa que envolve os aspectos da reciprocidade e da continuidade. Este encontro é marcado por um movimento narcisista que envolve uma consonância paralela a um começo do investimento libidinal. Dessa forma, a relação sincrética, referida por Eiguer, é, pois, a fonte de inspiração constante nas relações que constituem a díade. Alvarenga (1996) acrescenta que a relação diádica é uma não relação, pois se caracteriza pela indiscriminação entre o eu e o não eu.

Por outro lado, podemos considerar que o movimento narcísico caminha paralelo aos movimentos que englobam a interação. Desta maneira, os vínculos que formam o casal ou grupo são produtos de investimentos tanto narcísicos quanto libidinais de objeto. A esse respeito, Alvarenga (1996) enfatiza a atividade primária como base na estrutura de qualquer relação conjugal. Na constituição da conjugalidade ocorre, então, uma perda de limites entre os espaços psíquicos e o núcleo-casal que pode ser considerado derivado da estrutura narcísica de cada

cônjuge. A autora argumenta que, por outro lado, os vínculos objetivos são resultantes de investimentos libidinais que ligam fantasiosamente o outro a um objeto interno. Dessa maneira, estes vínculos implicam numa interação que envolvem a manutenção de duas subjetividades. As subjetividades envolvidas são da ordem do investimento e do reconhecimento de ambos os parceiros, cuja diferença marcam o aspecto pessoal e identificável destes vínculos.

Alvarenga (1996) parte do princípio de que o investimento narcisista opera na formação dos vínculos que conduz ao apagamento de diferenças e extrapolam o espaço individual, anulando seus limites. Estes vínculos podem ser compreendidos como sendo o outro considerado como parte de si mesmo, através dos quais são colocados em jogo os aspectos mais primitivos do sujeito. O equilíbrio entre os vínculos narcisistas e os vínculos objetivos é o que mantém a relação conjugal através das alianças assim estabelecidas. Neste aspecto, a relação amorosa engloba tanto uma marca com relação ao nível do ideal do ego quanto uma marca em relação ao nível do ego ideal. Ou seja, a relação conjugal traz as experiências para o campo do sujeito, permitindo alcançar os registros de ambos os parceiros no que diz respeito à constituição do eu, marcada pelo período edípico e pré-edípico. Desse modo, as interposições de duas subjetividades formam um núcleo que corresponde à identidade do casal.

Correa (2013) define o vínculo como a construção de uma realidade psíquica através de um encontro intersubjetivo. O vínculo liga os componentes de um grupo de forma estável e permanente, incluindo os espaços internos que são preenchidos por pessoas com significado afetivo. O grupo familiar é marcado pelo complexo de Édipo que tem o efeito estruturante, através das diferenças de sexo e de gerações, considerados importantes organizadores na estruturação da subjetividade. Os vínculos intersubjetivos das famílias e dos casais possibilitam a sustentação do narcisismo originário e dos ideais comuns, pois é através da inclusão dos diversos enunciados que se estabelecem as proibições fundamentais. O espaço intersubjetivo pode ser visto, portanto, como estruturante da subjetividade de cada um, favorecendo a constituição das identificações e a inter-relação dos sujeitos reais na estrutura familiar. O sujeito nasce de uma estrutura vincular sustentada pelo narcisismo, que tenta organizar um vínculo entre um “eu” e um “outro” com função protetora, com o propósito de resolver o desamparo

originário. Correa (2013) considera a relação amorosa um processo que produz a experiência de amar e ocorre no espaço da intersubjetividade.

De acordo com Magalhães (2003), a questão narcísica está relacionada a uma tentativa de resgatar a experiência vivida na relação mãe-bebê. A relação amorosa se alimenta deste encontro que, para Freud (1905/1969), como vimos anteriormente, é um reencontro reavivado do amor infantil. As vivências procedentes do Édipo ressurgem, assim, na relação conjugal, como tentativa de resolver questões não elaboradas. Essa revivescência de experiências infantis na relação conjugal atualizada indica a não casualidade do encontro amoroso. Por outro lado, a patologia principal que interfere num relacionamento estável e gratificante com o parceiro é representada pelo narcisismo patológico e pela incapacidade de resolver conflitos edípicos relacionados à identificação sexual em ambos os gêneros.

Kaës (2014), com base no narcisismo freudiano, ressalta a dupla existência para o indivíduo, onde ele é o fim para si próprio e encontra-se submetido a “cadeia da qual ele é elo beneficiário, servidor e herdeiro” (p. 62). O narcisismo infantil encontra-se apoiado nas fantasias e desejos não realizados dos pais. O indivíduo é constituído na sua ancoragem corporal e biológica, segundo a concepção freudiana, mas ao mesmo tempo se encontra submetido a uma ordem intersubjetiva, ou seja, ao desejo inconsciente dos seus antecessores.

3.4

As escolhas de objeto

Eiguer (1985), a referir-se a escolha de objeto sexual, acrescenta que a mobilização dos inconscientes individuais, leva ao nascimento do inconsciente do casal e em seguida o da família. A repercussão do objeto interno inconsciente do sujeito com o do parceiro e a repercussão do objeto interno inconsciente do parceiro com o sujeito formariam uma dupla ligação, ego-objeto inconsciente. São as relações objetais inter cruzadas que fundam o mundo de objetos inconscientes do casal. As origens do casal em síntese correspondem a três tipos de escolha

objetal: anaclítica ou assimétrica, a narcísica ou simétrica e a edípica ou dissimétrica.

Neste contexto, Eiguer (1985) considera os tipos de escolhas objetais referidas por Freud (1914/1969) e expõe algumas variações neste processo. A escolha objetal anaclítica e a angústia de perda referem-se a parceiros enlutados que apresentam um estado amoroso, alimentado de uma dor psíquica, que lhes permite transcender a perda e buscar um encontro amoroso que possa substituir fantasiosamente o objeto perdido. Nesta escolha, o afeto que seduz é o da tristeza, ama-se no outro, até mesmo sua dor, e as emoções exercem um fascínio em ambas as partes, reforçadas pelo estado de luto.

Ainda nesta modalidade (assimétrica), inclui-se a escolha que se traduz na idealização por parte de um parceiro, relacionada a um personagem da infância que tenha desempenhado um papel importante na vida do sujeito. Este fato desencadeia uma forte atração recíproca através de seu personagem idealizado receptivo. O objeto idealizado é um personagem generoso protetor e dominador, substituto de uma carência afetiva dos pais. Corresponde, assim, a um personagem que preenche o sentimento de abandono infantil e, dessa maneira, o casal acaba perpetuando-se como numa dramatização, através do duplo movimento da aniquilamento e valorização.

Neste grupo, também está incluído o casal cujos membros atuam de forma perversa em relação ao seu parceiro. A descoberta do outro seria baseada no conhecimento prévio das suas falhas. O personagem perverso exploraria as dificuldades do outro com o objetivo de dominá-lo. Outro tipo de modalidade assimétrica corresponde às escolhas associadas a uma promoção social e caçadores de prestígio visando ao casamento. A base da escolha que predomina entre os parceiros é o sentimento de perda. Este sentimento de falta diverge do sentimento de castração que é central na escolha edípica. Os sentimentos de perda nesta modalidade estariam relacionados a não superação da posição depressiva, ou seja, a impossibilidade de encontrar recursos para alcançar o processo de reparação.

Em relação à escolha objetal narcísica ou simétrica, o autor parte da concepção de que a estrutura interativa das famílias psicóticas está fundada num

tipo de relação individual, ou seja, numa relação objetal narcisista em espelho. O casal parental se constitui desde a origem do vínculo através de uma ideia de poder (orgulho, onipotência e ambição desmedida). Busca-se no parceiro alguém que seja difícil, a fim de comparar-se em força e em capacidade manipuladora. O outro é raramente susceptível de conscientização e fantasmatização. A relação entre os membros do casal é, então, pouco gratificante, pois são incapazes de reconhecer o outro e aceitá-lo. Os parceiros se excitam numa luta sadomasoquista e negam seu lado pessoal. A onipotência é primordial tanto no homem como na mulher. “Sua escolha não se faz para resolver uma incompletude bissexual, mas porque o outro se ama fortemente e isto o torna atraente” (EIGUER, 1985, p. 37).

3.5

Organizadores Familiares

Do ponto de vista de Anzieu (1975), a família tem como primeiro organizador o Édipo e suas transformações. Este fato é peculiar na organização familiar, sua razão de ser social. Através do jogo duplo do amor intenso e incestuoso e sua proibição, a família prepara o sujeito para investir em outro vínculo, que dará origem a uma nova família. A proibição do incesto, segundo os etnólogos é universal e funda o princípio exogâmico, que impulsiona os indivíduos de sexo oposto a se unirem sexualmente com um parceiro do exogrupo. Na perspectiva de Eiguer (1985) o organizador do grupo familiar se define como uma formação coletiva onde há um conjunto de psiquismos pessoais, que reúne um jogo de representações psíquicas dos membros que a compõe formando um denominador comum de emoções.

Eiguer (1985) descreve os organizadores do relacionamento familiar como fundamentais, dividindo-os em três aspectos. O primeiro organizador refere-se à escolha do parceiro que inaugura o mundo dos objetos inconscientes do casal e da família e que propõe o primeiro modelo de vínculo objetal. A escolha do objeto instala a relação amorosa no plano inconsciente e a partilha dos objetos corresponde ao mundo interior grupal. A escolha do objeto tem por base as experiências edípicas de ambos os parceiros, pelo jogo duplo do amor intenso e incestuoso e sua proibição. A escolha sexual (primeiro organizador), feita a partir

do modelo dos objetos infantis dos parceiros, estreita os vínculos libidinais de objeto formando uma matriz. O segundo organizador equivale ao “eu” familiar. O eu familiar é o investimento referente ao campo perceptual de cada membro da família, o que permite reconhecê-la numa continuidade de tempo e espaço. É o lugar das lembranças familiares do passado comum a todos, onde é identificada uma genealogia comum.

O eu familiar se subdivide em sentimento de pertença, habitat interior e ideal do ego familiar. O sentimento de pertença familiar reúne os sentimentos experimentados por cada membro do grupo em relação ao grupo familiar. Trata-se do lugar das lembranças familiares do passado comum a todos, onde é identificada uma genealogia comum. O habitat interior se constrói no interior do inconsciente grupal e compreende a representação partilhada, sendo a base do reconhecimento grupal. A instauração e a organização do habitat familiar marcam no inconsciente grupal os traços mnêmicos deste lar. Uma vez consolidada, a família pode se sentir mais contida com relação ao nível do grupo, o que representa a “pele” psíquica (ANZIEU, 1974). Desta perspectiva, o habitat exterior deixa marcas no psiquismo familiar (pele psíquica) e se transforma no ambiente de prazer e de gratificação entre os membros da família. O ideal do ego familiar pressupõe o psiquismo grupal familiar que corresponde ao conjunto dos ideais pessoais dos membros da família. Na realidade, cada membro familiar possui uma representação do “ideal do ego familiar”, em paralelo, sua representação do ideal do ego individual.

O terceiro organizador contempla as fantasias partilhadas que nada mais são do que as fantasias inconscientes da cena primitiva. A atividade interfantasmática da família pode ser considerada um ponto de encontro dos fantasmas individuais de cada membro. O fantasma se traduz em um movimento de retorno, sendo que a presença do recalcado lhe fornece uma dimensão transformada, fantasiosa e melhor aceita pelo ego. É o caso do romance familiar freudiano que traduz no presente como uma antiga idealização dos pais, tal qual ela foi concebida durante o início da primeira infância.

Eiguer (1985) considera a família edipiana como aquela estruturada pela castração. Em outras palavras, a família edipiana é dominada pelo temor da castração e da reaproximação entre seus membros. Ou seja, uma escolha marcada

pela diferença sexual e por uma consequente busca na complementaridade, ocasionando uma identificação com o progenitor do mesmo sexo. A família depressiva, por sua vez, se estrutura pela ausência do objeto e se caracteriza pela angústia da perda e pelo temor de prejudicar o outro. Já a família narcisista se caracteriza pelo vazio e pela ilusão, podendo estar presentes a angústia de perseguição ou outras angústias mais radicais, tais como: desmembramento, incorporação, interpenetração. O casal narcísico, cujos parceiros apresentam características psicóticas, buscam uma fusão na sua totalidade e não toleram suas diferenças.

A escolha edípica pode ser considerada a mais adulta e típica das estruturas neuróticas. Ou seja, uma escolha marcada pela diferença sexual e por uma consequente busca na complementaridade, ocasionando uma identificação com o progenitor do mesmo sexo. Segundo Alvarenga (1996), a tipologia elaborada por Eiguer tem por objetivo organizar diferentes estruturas do “grupo casal” e busca como referência os diferentes tipos de conflitos inconscientes e as fantasias compartilhadas. Neste contexto, as fixações históricas de cada parceiro e os seus aspectos pulsionais provocam uma convergência, criando um estado tensional e um campo psíquico comum que estabelecem três tipos de estrutura conjugal. Consideramos esta classificação, de acordo com a autora, questionável, pois aponta para um ideal de relação discutível frente a um modelo de casal maduro. Nesta medida, o caráter fusional está estreitamente relacionado ao narcisismo e se faz presente na base de qualquer escolha amorosa. Assim, a relação fusional pode ser encontrada em qualquer dos três tipos descritos por Eiguer (1985).

Nesse sentido, a escolha do objeto se dá no momento da instauração amorosa no plano inconsciente, juntamente com a partilha dos objetos internos de cada parceiro que vão constituir o mundo interior grupal. No processo de constituição da conjugalidade, a escolha do parceiro é estruturante, pois é o primeiro organizador no psiquismo do sujeito, com função elaborativa, possibilitando uma saída mediante o temor da castração.

Considerações Finais

Buscamos as postulações da teoria freudiana como base para o desenvolvimento deste trabalho. Freud valoriza a dimensão intrapsíquica e a representação psíquica ganha, assim, um valor inestimável quando se trata do “outro” como objeto. As representações das figuras parentais permeiam as escolhas dos parceiros no encontro amoroso. De acordo com Freud (1905/1969), o primeiro encontro é na verdade um reencontro com o objeto e traz reminiscências da relação mãe-bebê. O seio da mãe é o seu primeiro objeto sexual e a relação simbiótica é vivida com total desamparo para o bebê. Freud, desde o início da teoria libidinal, esboça um modelo de identificação que tem um longo percurso, devido à completa dependência da criança em relação aos cuidados necessários à sua sobrevivência nos aspectos psíquicos e biológicos. O bebê encontra-se fusionado com a mãe que lhe ampara e o protege formando uma díade, cuja diferenciação envolve uma série de etapas do desenvolvimento para a constituição do psiquismo do sujeito. De acordo com Correa (2013), o estado amoroso do casal pode ser considerado um processo simbiótico, na medida em que cada parceiro espera do outro uma mãe que o ampare, com dedicação total e exclusiva. Este estado suscita uma fantasia em partilhar um corpo e psiquismo comuns, ou seja, um objeto-casal ideal.

Freud, no início da teoria da libido, já considera um esboço da relação triangular, onde o pai existe, ainda que ausente, empiricamente. O pai tem a função de interceptar a criança e acaba por promover o apaziguamento da mesma. Neste sentido a criança percebe que não é o único objeto de desejo da mãe. Nesta dimensão, a relação triangular estrutura a relação mãe-bebê, pois o pai é percebido como um terceiro na relação. O aspecto simbólico da figura paterna é valorizado e tem uma função organizadora no psiquismo do sujeito. No texto “Psicologia de grupo e a análise do ego”, Freud (1921/1969) enfatiza a importância do processo identificatório, que se dá a partir do complexo de Édipo, através da formação da instância do superego, representante da lei paterna, que incide, por sua vez, na proibição do incesto. A formação de laços emocionais é vista, portanto, através do

mecanismo de identificação. Sendo assim, a identificação representa um papel determinante na história primitiva do complexo de Édipo. A identificação busca moldar o próprio ego do sujeito segundo um modelo de referência. Na visão freudiana, o complexo de Édipo sofre sua ruptura em prol da constituição do sujeito. O complexo de Édipo se mostra uma experiência muito particular do sujeito, podendo ser considerado um fenômeno determinante na sua constituição.

Ao nos referirmos à psicanálise de casal, buscamos os textos freudianos para discutir sobre a formação do casal amoroso. Na conjugalidade, os parceiros encontram-se imersos na trama identificatória que se estabelece no momento da escolha amorosa. São os objetos internos de cada parceiro que se entrecruzam, formando o núcleo inconsciente do casal.

Os teóricos da psicanálise de casal trouxeram contribuições significativas sobre a teoria dos vínculos e sobre o aparelho psíquico grupal que permeia as relações de grupo, família e casal. A constituição de um vínculo é baseada no pressuposto teórico de que o sujeito, desde o seu nascimento, forma para si uma representação de seus vínculos a partir das primeiras formas de interação com o outro. Neste sentido, todo sujeito apresenta uma disposição para criar vínculos, pois isto é inerente a qualquer ser humano.

Os teóricos da teoria vincular, ao discutir a relação conjugal, valorizam a estrutura vincular entre sujeitos através do estabelecimento de um compromisso amoroso. Dessa perspectiva, o casal apresenta padrões que irão definir a estrutura própria do casal. Neste sentido, alguns teóricos apontam dificuldades encontradas por parte dos parceiros no desprendimento em relação às famílias de origem. O casal para formar uma estrutura inédita necessita transformar os modelos parentais para constituir uma nova unidade casal. A experiência inédita é baseada na construção de um modelo próprio de relação conjugal, onde as experiências assimiladas referentes ao casamento dos pais são diluídas. Na formação do casal, sinalizamos também a dificuldade do parceiro em não reconhecer as características presentes no outro. Nesta dimensão, o casal encontra-se num desafio constante que é a criação de um espaço conjunto, onde estão presentes, por um lado, aspectos do outro, que são causadores de sofrimento e, por outro lado, aspectos prazerosos que proporcionam o bem-estar. Neste sentido, a relação

que não tolera a ambivalência pode ser destruída pela incidência de qualquer agressão no relacionamento.

Outro aspecto, que apontamos neste trabalho, refere-se ao propósito de não considerar o outro. O apagar ou negar o parceiro exige um esforço do aparelho psíquico que corresponde ao trabalho do negativo. Desta maneira, através do interjogo do reconhecimento do outro como parceiro na sua alteridade e da sua negação emerge um espaço compartilhado. O sujeito não atribui ao outro-objeto sua condição de ego desejante e mostra-se apenas como receptor dos desejos amorosos e hostis em relação ao outro-objeto.

Os autores grupálistas buscam na concepção freudiana uma explicação para a origem dos vínculos, partindo do princípio de que os investimentos narcísicos e libidinais podem ser considerados a base para a formação dos vínculos nas relações de famílias e casais. Nessa direção, existe uma identidade que é própria de cada configuração vincular que envolve o inconsciente grupal. O aparelho psíquico grupal é considerado uma rede de vínculos entre o eu e os objetos e os objetos internos; e, nesta dimensão, a menor modificação de um objeto, modifica o conjunto.

A relação amorosa está ancorada sobre os aspectos que configuram o núcleo eu-casal. Neste sentido, a relação conjugal engloba a existência de um contrato baseado nos acordos e pactos inconscientes. Os acordos inconscientes têm a sua origem na conciliação entre aspectos que são compartilháveis, envolvendo os espaços psíquicos de cada sujeito, e são resultantes do desdobramento e da tendência de unificar os funcionamentos psíquicos e vinculares. Os pactos inconscientes, apesar de reforçarem os acordos, tendem a especificar componentes diferentes, provenientes do espaço psíquico do que não é compartilhável de cada sujeito.

Nessa direção, vimos como a relação conjugal pode ser compreendida como uma incorporação por identificação, ou seja, o ego do sujeito incorpora um determinado atributo do outro que, então, atua como o próprio. Sendo assim, o acordo é uma apropriação mútua e compartilhada, e o pacto é algo incompartilhável ambos visando à manutenção do vínculo.

O acordo amoroso tem sua origem nas relações parentais que ambos os parceiros vivenciaram com as suas famílias de origem. Os acordos são construídos a partir dos aspectos imprevisíveis do encontro com o outro. Neste contexto, o acaso não implicaria numa repetição com o intuito de substituir os primeiros objetos amorosos. A existência do “outro” na relação amorosa não pode ser reduzida à posição de um duplo narcísico, pois isto implicaria na manutenção da ilusão, da não separação. Na formação do casal ou na constituição da conjugalidade, os parceiros buscam diferenciar-se num processo contínuo e recíproco, buscando preservar as suas subjetividades.

O presente estudo mostra-se abrangente devido à complexidade que envolve a constituição da conjugalidade. O amor e a sexualidade são temas de discussão quando se aborda a relação amorosa nos dias atuais. Freud, no desenvolvimento de sua teoria, privilegiou a sexualidade e o desejo, como base na formação do psiquismo do sujeito. A primeira escolha amorosa tem a sua origem no primeiro vínculo, que se estabelece na relação mãe-bebê. As escolhas amorosas na vida adulta são marcadas pelos primeiros objetos de afeição da criança e referem-se aos próprios pais.

Por outro lado, o narcisismo freudiano estabelece uma relação dialética entre a criança, os pais e a própria cultura. Os vínculos não estão restritos às relações objetais e nem às relações com o outro, enquanto sujeito desejante, mas são regidos pelo macrocontexto sócio-cultural, que irá delinear as regras de padrões aceitáveis. Neste contexto, a conjugalidade apresenta uma especificidade que é a de corresponder aos padrões de conduta que são esperados pela sociedade. Neste sentido, a conjugalidade oferece um continente, palco de encenações de acordos e pactos inconscientes, mas concomitantemente, possui mecanismos defensivos para lidar com a vida coletiva.

Podemos concluir que a formação da identidade-casal se delineia através de um espaço psíquico compartilhado, onde o casal busca inovar, criar, aceitar as diferenças, considerando os aspectos ambivalentes presentes em cada parceiro. Neste contexto, na conjugalidade quando os parceiros se adequam aos modelos parentais e aos modelos sócios- culturais suscitam a probabilidade de uma relação harmoniosa. O que pode ser compartilhado na conjugalidade é a capacidade de inovação de ambos os parceiros e a construção de um projeto de vida de forma

continuada até que se alcancem os objetivos propostos recomeçando, então, um novo ciclo. A divisão das tarefas e os papéis sexuais bem definidos sugerem uma melhor estabilidade conjugal. Neste sentido, podemos sinalizar estes aspectos como temas para outros estudos, pois permitem formular hipóteses a partir da clínica de casal.

Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, L.L. **Na escuta do laço conjugal**. Rio de Janeiro: Uapê, 1996.
- ANZIEU, D. **Le groupe et l' inconscient**. Paris: Petite Biblioteque Payot, 1975.
- . *Le moi-peau. Nouvelle Revue de Psycanalyse*, n° 9, p.185-208, 1974.
- ARAÚJO, M.F. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações**. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 22, n° 2, p. 70-77, June 2002.
- AULAGNIER.P. **A violência da interpretação**. Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- BIRMAN, J.; FULGÊNCIO, L.; KUPERMANN, D.; CUNHA, L.E. Orgs. **Amar a si mesmo e amar o outro: Narcisismo sexualidade na psicanálise contemporânea**. São Paulo: Zagadoni, 2016.
- CORREA, O.B.R. **Crises e travessias** nas diversas etapas de vida do casal e do grupo familiar. Petrópolis: Digital Ltda., 2013.
- DICKS.H.V. **Marital tensions**. Nova York: Basic Books, 1967.
- EIGUER, A. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- . **O parentesco fantasmático**. Transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Casa do psicólogo, 1995.
- ENRIQUEZ, E. **Da horda ao estado**. Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905): Obras Completas de Freud (Edição Standard Brasileira). v. VII. Imago: Rio de Janeiro, 1969.
- . **Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (contribuições à psicologia do amor II)** 1912: Obras Completas de Freud. (Edição Standard Brasileira) v. XI. Imago: Rio de Janeiro, 1969.
- . **Totem e tabu** (1913): Obras Completas (Edição Standard Brasileira). v. XIII, Imago: Rio de Janeiro, 1969.
- . **Sobre o narcisismo: uma introdução** (1914) Obras Completas de Freud (Edição Standard Brasileira) v. XIV. Imago: Rio de Janeiro, 1969.
- . **Psicologia do grupo e a análise de ego** (1921): Obras Completas de Freud (Edição Standard Brasileira) v. XVIII. Imago: Rio de Janeiro, 1969.

_____. **O ego e o id** (1923): Obras Completas de Freud (Edição Standard Brasileira) v. XIX. Imago: Rio de Janeiro, 1969.

_____. **Dissolução do complexo de Édipo** (1924): Obras Completas de Freud (Edição Standard Brasileira SB). v. XIX. Imago: Rio de Janeiro, 1969.

_____. **A negativa** (1925): Obras Completas de Freud (Edição Standard Brasileira). v. XIX. Imago: Rio de Janeiro, 1969.

GREEN, A. **O trabalho do negativo Anexo 1**. In: O trabalho do negativo. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **O desligamento**. Psicanálise, Antropologia e literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GARCIA-ROZA, L.A. **A Introdução à metapsicologia freudiana**. Artigos de metapsicologia, vol. 3, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GARCIA, C.A.; PIRES, C.A.; PENNA, A. **O trabalho do negativo e a transmissão psíquica**. *Arq. Bras. Psicol.* vol. 62.nº. 3, Rio de Janeiro, 2010.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

_____. **O aparelho psíquico grupal**. São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

_____. **Um singular plural**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KERNBERG, O. **Psicopatologia das relações amorosas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LAPLANCHE & PONTALIS, J. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LEMAIRE, J. **Du je au nous, ou du nous au je ? Il n'y a pas de sujet tout constitui**. *Dialogue Recherches cliniques e sociologiques sur le couple et la famille*, 1988.

MAGALHÃES, A.S. **Transmutando a individualidade na conjugalidade**. In: TEREZINHA FÉRES-CARNEIRO (org.). *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Ed. PUC-Rio / Loyola: Rio de Janeiro/São Paulo, 2003.

PIERA, A. **A violência da interpretação**. Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

PINCUS & DARE. **Psicodinâmica da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

PUGET, J. & BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.